



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

**Ata nº 07**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão ordinária, com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 31 presenças):

Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD); Luís Manuel Fernandes Coelho (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Guilherme Sabrosa Apolinário Portada (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Ana Catarina Pina Águas (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Tiago Botelho Martins da Silva (PSD); José Manuel Vaz Ferreira (CHEGA); Daniel Martins Viegas (IL); Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS); Marta Gabriela Gomes Correia(PSD); Célia Maria Alves Gonçalves (BE); Ana Lúcia Silva Passos (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); Emanuel José Pereira Aniceto (CDU); Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); João Francisco Calado Espanhol (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Graziela Calafate (PS); Bruno Gonçalo de Azevedo Lage (PSD – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Viegas Leal Jerónimo (PS – Presidente da União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Por o terem solicitado, foram substituídos os seguintes membros:

Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – Substituída por Guilherme Sabrosa Apolinário Portada.

António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA) – Substituído por José Manuel Vaz Ferreira (Posse).

Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD) – Substituída por Marta Gabriela Gomes Correia.



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

**- Composição da Mesa:** -----

Presidente: Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte.

1.º Secretário: Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares.

2.ª Secretária: Cláudia Suzana Silva da Luz.

**- Membros do Executivo:** -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho; o Vice-Presidente, Paulo Jorge Neves dos Santos; e os Vereadores Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía; Adriano João Leal Cardoso Guerra; Teresa Aleixo Almeida Santos; Anabela Custódio Afonso; Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias e André Lopes Lara Ramos.

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião, passando de imediato a 2.ª Secretária à leitura da ordem de trabalhos.

**I - Período Antes da Ordem do Dia;**

**II - Período da Ordem do Dia:**

1 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à 1ª Alteração do Plano de Pormenor da Horta dos Pardais - Aprovação da versão final da alteração do PPHP – Proposta n.º 44/2022/CM;

2 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 4,89 m<sup>2</sup>, em nome de Marta Alexandra Fernando dos Santos Costa, referente ao Processo de Obras n.º 342/2018 – Proposta n.º 489/2021/CM;

3 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área 72,23 m<sup>2</sup>, no âmbito do Processo de obras n.º 127/2021, em nome de Eunice Elisabete Afonso Figueira – Proposta n.º 7/2022/CM;



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

4 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 79,40 m<sup>2</sup>, no âmbito do Processo de obras n.º 125/2020, em nome de José Miguel Sacadura Carvalho da Silva – Proposta n.º 54/2022/CM;

5 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, e área a desafetar do domínio público, no âmbito do Processo de obras n.º 305/2020, em nome de Euro 24 – Compra e Venda de Propriedades, Lda. – Proposta n.º 60/2022/CM ;

6 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) de 2022 – Proposta n.º 90/2022/CM;

7 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) de 2022 do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados – Proposta n.º 94/2022/CM;

8 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Relatório de Liquidação e Projeto de Partilha, no âmbito do processo de liquidação e extinção da atividade da empresa Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. – Proposta n.º 91/2022/CM;

9 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências, entre o Município de Faro e as Freguesias/Uniões de Freguesias do Concelho – Proposta n.º 92/2022/CM;

10 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à Não Assunção em 2022 da transferência de competências para o Município de Faro no domínio da Ação Social – Proposta n.º 93/2022/CM;

11 – Designação de representantes da Assembleia Municipal em entidades e comissões municipais;

12 – Constituição de Comissões;



## **Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

13 – Apreciação e deliberação da proposta de alteração do Regimento;

14 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **III. Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.**

#### **IV. Moções.**

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – Ponto de ordem à Mesa –** «Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a Sr.ª Secretária presente, os membros desta Assembleia Municipal e o público presente.

Sr. Presidente, perguntava apenas e parece-me que ficou mais tarde decidido, que o ponto treze relativo ao regimento iria ser retirado e, a ser retirado, teria que ser agora neste momento, por isso é que pedi o ponto de ordem à Mesa. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal –** «Para informar que na medida em que não foi ainda possível concluir a redação final da proposta de alteração do regimento, porque houve bancadas que solicitaram que a matéria fosse mais amplamente discutida, um trabalho que já demos início em reunião de líderes, fica o ponto treze sem efeito. Portanto, não discutiremos nesta Assembleia Municipal a proposta de alteração do regimento e ficará para a próxima Assembleia Municipal.

Bom, permitam-me informar que o Sr. Presidente de Câmara me deu conta que se encontra numa iniciativa relativa a Faro 2027 Capital da Cultura, mas que deve estar a vir e o período antes da ordem do dia não exige a sua presença.

Temos também que proceder a uma tomada de posse do membro do CHEGA, José Manuel Vaz Ferreira.

Concluído este procedimento vamos avançar para o período antes da ordem do dia. Em relação ao período antes da ordem do dia, foi-me solicitado por mais do que uma bancada que os votos relativos à situação da Ucrânia à paz



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

e à escalada de confrontação na Europa, fossem discutidos no período antes da ordem do dia.

Pelo interesse que a questão tem manifestado, nós seguiremos desde já esta discussão, sendo que eu tenho o privilégio de informar que estão connosco na Assembleia Municipal, Igor, que é Presidente da Associação de Ucrânianos do Algarve e a Sr.ª Natália, Diretora do Centro Educativo e Cultural Luso-Ucraniano e que é um privilégio para nós serem parte da nossa comunidade, algo que muito respeitamos e estamos todos seguramente solidários com a situação trágica que neste momento se verifica na Ucrânia.

Tenho também o privilégio de informar que o membro da Assembleia Municipal Rui Gago está neste momento na fronteira entre a Ucrânia e a Moldávia a prestar serviço humanitário e que seguramente é de muito conforto para todos nós, num cenário de guerra como aquele que se verifica, termos alguém, membro da Assembleia Municipal a oferecer o seu auxílio pelo empenho da sua bondade a favor de uma causa humanitária.

Darei a palavra ao grupo do Partido Social Democrata para proceder à apresentação do seu voto, depois ao grupo da CDU e posteriormente ao grupo do Partido Socialista.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU) – Ponto de ordem à Mesa –** « Eu não sei se estou a entender bem o que é que se está a passar. Foi proposto que o ponto das moções na ordem de trabalhos está considerado como o ponto final da ordem de trabalhos.»

**Presidente da Assembleia Municipal –** «Isto é um voto.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU) –** «Sr. Presidente tenha calma, pode ser...?»

**Presidente da Assembleia Municipal –** «Eu creio que já esclareci a sua dúvida.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU) –** «Não esclareceu nada, o senhor nem me deixou colocar a questão!



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

A questão que eu queria colocar é: podendo esta Assembleia Municipal alterar a ordem de trabalhos, já esta Assembleia Municipal alterou esta ordem de trabalhos? Ou foi o Sr. Presidente que alterou a ordem de trabalhos?»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Sr. Deputado, muito obrigado. Eu não procedi à alteração da ordem de trabalhos. A minha interpretação é que os votos têm cabimento no período antes da ordem do dia, não se reconduzem estritamente às moções, é matéria diferente das moções.

O que eu solicito às bancadas é que os votos sejam muito circunscritos, muito claros e muito objetivos, que é para noutras circunstâncias não se virem a assemelhar a moções. E portanto esta é a interpretação da Mesa, se entender recorrer da decisão da mesa, então pronuncia-se. Se não for essa a intenção do Sr. Deputado, fica desde já determinado e damos a palavra ao grupo do PSD.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Sr. Presidente, a mesa nos elementos que preparou para a ordem de trabalhos, colocou no ponto moções e afins, saudações, recomendações e votos ordenadamente. Se o Sr. Presidente não o fez é problema seu, mas não há aqui ninguém que tenha consultado a ordem de trabalhos, e os assuntos da ordem de trabalhos, que não tenha recebido ordenadamente moções, votos, saudações e por aí fora.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Não creio que seja desejável arrastar este incidente. Eu já ouvi os seus argumentos e a ponderação que foi feita considerou a circunstância que está a enunciar. Peço-lhe portanto que não arraste este incidente e se possa prosseguir.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Consulte os seus colegas da Mesa, há três votos sobre este assunto. O primeiro é de quem?»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Não está autorizado a usar da palavra.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «O Sr. Presidente está-me a faltar ao respeito.»



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Não estou e ouvi a sua argumentação, por favor peço-lhe que não insista. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente, agradeço-lhe ter-me dado novamente a palavra. Apenas uma questão relativamente à captação e difusão de imagens, perguntava porque é que não há hoje?»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Não há hoje lugar a difusão de imagem, porque não foi possível concluir o acordo do ponto de vista orçamental para garantir que houvesse neste momento. Portanto, nós vamos tentar obviar essa questão o mais rapidamente possível.»

**O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

O voto que vamos apresentar foi subscrito pelo PSD, pelo CDS-PP, pela Iniciativa Liberal, pelo MPT e pelo PPM.

**“Voto de Apoio e Solidariedade para com a Ucrânia e os seus Cidadãos.”**

*Foi com tristeza e consternação que assistimos nos últimos dias a uma operação militar na Europa, sem paralelo desde a Segunda Guerra mundial, protagonizada pela Rússia, sobre a sua vizinha Ucrânia.*

*Num século que mal começou, mas já pleno de datas históricas, o dia 24 de fevereiro de 2022 representa o maior desafio a toda a ordem internacional desde 1945, com um potencial de escalada ainda imprevisível e com consequências negativas e de grande magnitude, para o mundo em geral.*

*Ao optar por esta via, a Rússia protagonizou uma violação clara do Direito Internacional, dos Acordos de Minsk, do princípio do respeito pela integridade territorial dos Estados e a soberania de um território, atitude absolutamente inaceitável e que deve merecer um forte repúdio.*

*O mundo e a humanidade querem e precisam de paz e não de operações bélicas! É por esta causa, a paz, que todos devem lutar! Por isso é importante saber promover ações para se obter soluções pacíficas para resolver este e*



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

*outros conflitos, pois só assim se garantirá a defesa das pessoas e a prosperidade e o crescimento dos países.*

*Neste sentido, as bancadas do PSD, do CDS, da Iniciativa Liberal, do MPT e do PPM, vêm propor que a Assembleia Municipal de Faro, aprove o presente voto de apoio e solidariedade para com a Ucrânia e os seus cidadãos, condenando a posição da Rússia em ter levado a efeito esta operação militar.*

*Em caso de aprovação, este voto de apoio e solidariedade deve ser enviado à embaixada da Ucrânia em Portugal, à Assembleia da República, ao Presidente da República e aos órgãos de comunicação social.” Disse.»*

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Sr. Presidente, o assunto foi posto à discussão para ser o primeiro ponto da ordem de trabalhos? É que esta Assembleia que eu tivesse notado não se pronunciou!

A CDU vai colocar um protesto por uma situação que nos envergonha a todos. Não há nenhum membro desta Assembleia que não saiba que a ordem de entrada dos votos foi: primeiro o nosso, depois o do PSD e, fora de horas, o do PS. O Sr. Presidente não decide por nós!»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Peço desculpa. O meu entendimento é que o voto do PSD tinha entrado primeiro do que o voto da CDU, se porventura eu me equivoquei peço desculpa por isso.

Os serviços deram-me conta agora mesmo que o voto proposto pela CDU entrou antes do voto proposto pelo PSD, CDS, Iniciativa Liberal, MPT e PPM, por isso eu penitencio-me e peço desculpa à CDU pelo facto de não ter antecedido a apresentação da CDU àquela que foi do Partido Social Democrata, peço desculpa por isso, não foi com qualquer intenção não respeitar a ordem de entrada.

Agora, pedindo-lhe desculpa e à bancada da CDU por isso, pergunto se a CDU deseja ou não usar da palavra para apresentar o seu voto e se sim quem é que vai usar da palavra para fazer essa apresentação.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Agradeço o seu pedido de desculpas e faço-lhe só a seguinte advertência. Teve oportunidade de evitar o pedido de desculpas e não o quis fazer.»



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, boa noite. Está perfeitamente claro para todos, este incidente que só aconteceu porque não devia ter acontecido.

Agora vou ler o voto.

**“Voto em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa.”**

- *Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia;*

- *Salientando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras da Rússia, assim como da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar.*

*A Assembleia Municipal de Faro, na sua sessão do dia 2022-02-28, delibera:*

- *Apelar à urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial;*

- *Sublinhar a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança coletiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia.*

- *Instar a que, em defesa dos interesses e das aspirações à paz do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo Português atue de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa.”*

Se o Sr. Presidente me permite, termino com uma declaração muito pessoal que só a mim me compromete, mas que não quero que seja um exclusivo meu, quem quiser pode perfeitamente partilhá-la. E essa declaração de interesses é muito simples, sucinta e clara. Sou português, não sou russo, não sou ucraniano e muito menos americano. E repito para ficar bem claro



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

na cabecinha de todos. Sou português, não sou russo, não sou ucraniano e muito menos sou americano e tenho toda a honra em ser português.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «Muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, cumprimento em V. Ex<sup>as</sup> todos os presentes aqui nesta Assembleia Municipal, caros membros da Assembleia, digníssimo público e naturalmente deixo aqui uma mensagem muito particular aos representantes das associações e comunidade ucraniana aqui presentes. Eu pessoalmente já vos vi ontem na vigília, um bom e bonito momento que é importante que agora consiga concretizar-se em mais ações, desde logo um abaixo-assinado que se iniciou ontem a recolha de assinaturas, para que o município desenvolva esforços em termos logísticos, quer para ir, quer para regressar, quer em termos de pessoas, quer em termos materiais.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradeço-lhe também a oportunidade de trazer aqui a discussão deste voto de apelo à paz e de repúdio pela invasão da Ucrânia. Este é um voto que o Partido Socialista tem a expectativa que seja de todos, não só dos elementos do PS, do partido A, ou do partido B, que isto seja até secundado por todos porque para mim uma coisa é certa: esta não é uma guerra da Ucrânia, esta é uma guerra contra todos nós. Alguns já me conhecem, outros não tanto, mas eu ontem fiquei sem palavras quando vi um pai de mão dada à sua filha de dez anos e do outro lado de mão dada à sua esposa, e diz: *não fiques tristes, se isto não se resolver nos próximos dias, eu vou voltar para a Ucrânia porque tenho de ajudar a minha terra e tenho de ajudar os meus compatriotas.*

Nunca pensei estar a ter esta intervenção numa Assembleia Municipal, portanto, sem mais demoras, passarei a ler este voto.

**“Voto de Apelo à Paz e Repúdio pela Invasão da Ucrânia.**

*A Assembleia Municipal de Faro repudia veementemente toda e qualquer violação dos direitos humanos e do direito internacional.*

*Considerando que em pleno século XXI qualquer visão alternativa ou de conflito deve ter como solução a via diplomática;*



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

*Considerando que aos dias de hoje não faz qualquer sentido o apelo à guerra, mas sim à liberdade e à paz entre os povos;*

*Considerando que a Ucrânia é um Estado independente, democrático e soberano, reconhecido pela sua população e pela Comunidade Internacional;*

*Considerando que a guerra não pode ser usada contra qualquer povo;*

*Considerando o terror que todo o povo ucraniano vive e enfrenta, não só na Ucrânia mas também em todos os países onde esta comunidade reside, que sofre pela sua população, pelos seus familiares, amigos e conhecidos;*

*Considerando que existe uma grande comunidade de ucranianos e de luso-ucranianos no nosso país, no Algarve e no concelho de Faro;*

*Considerando a comunidade portuguesa residente na Ucrânia.*

*A Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária a 28 de fevereiro de 2022, delibera:*

- 1. Condenar veementemente a invasão e o ataque militar da Rússia contra a Ucrânia;*
- 2. Apoiar firmemente a soberania e a integridade territorial dos Estados e, neste caso em concreto, da Ucrânia;*
- 3. Apelar aos mais altos signatários nacionais e mundiais para a resolução do conflito pela via diplomática;*
- 4. Expressar a sua total solidariedade para com o povo ucraniano.*

*O presente voto de apelo à paz e de repúdio pela invasão da Ucrânia deve ser dado conhecimento a:*

- a) Sua Excelência a Embaixadora da Ucrânia em Portugal, Inna Ohnivets;*
- b) Sua Excelência o Embaixador da Federação Russa em Portugal, Mikhail L. Lamynin;*
- c) Sua Excelência o Embaixador de Portugal na Ucrânia, António Vasco Alves Machado.*

*Os eleitos pelo Partido Socialista desta Assembleia Municipal.”*



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

E ficamos com a expectativa que este possa ser subscrito por todas as bancadas. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** – «Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, na pessoa de V. Ex<sup>as.</sup>, cumprimento todos os presentes.

Eu sou muito pouco sentimental relativamente a este tipo de propostas. Mas ouvi com alguma estupefação a intervenção do meu caro amigo Eng.º Mendonça. E portanto, eu só tenho pena e estou muito crítico desta situação da Ucrânia porque a NATO e os Estados Unidos descuraram esta situação na sua totalidade, brincaram com o fogo. E portanto nós estamos perante um louco e se estivessem lá as tropas americanas e as tropas aliadas da NATO, aquilo não tinha acontecido.

Portanto, fogo contra um louco chamado Putin, fogo, mas fogo até ele perceber que até no interior da Rússia neste momento se levantam uma série de vozes já contra a guerra e o caminho que ele faz é prisão. E vem agora atacar populações indefesas, que felizmente estão a responder bem, mas que não podem de maneira nenhuma contra um aparelho militar e de bombas que a Rússia tem.

Portanto, fica aqui o meu alerta, eu não sou nada recetivo a estas coisas de solidariedade nestas alturas, porque a solidariedade vê-se é na defesa intransigente das crianças que estão a morrer e para isso a NATO e os Estado Unidos acobardaram-se perante a primeira atitude do Putin e agora é que se estão a levantar quando se deveriam ter levantado há muito mais tempo. Disse.»

**O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só dizer que eu também sou português, mas sou europeu, sou do mundo e sou pela paz.

Quanto ao voto do Partido Socialista, é com naturalidade que vamos apoiar, a bancada do PSD anuncia já que vota favoravelmente o voto socialista.



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

Quanto ao voto do PCP, compreendemos algumas razões, mas consideramos que é absolutamente inaceitável vir para aqui e apontar o dedo à NATO como se fosse o grande tutor desta invasão à Ucrânia.

Nós devemos apoiar a democracia, devemos apoiar a liberdade, devemos apoiar a prosperidade, a tolerância e a felicidade. Acima de tudo são esses os valores por que nós devemos lutar e infelizmente a Rússia não o fez.

Não se deve vir para aqui acusar a NATO seja do que for. Foi a NATO que garantiu que a Europa fosse um Continente livre, democrático e onde as pessoas pudessem viver em liberdade, com tolerância e com felicidade. Não foi a NATO que foi invadir a Ucrânia, não foi a NATO que foi invadir a Rússia, não é a NATO que neste momento está nas ruas de Kiev a lutar contra o Putin e os seus soldados.

Há aqui uma coisa também, não podemos confundir o Putin com os soldados russos, que são rapazes de dezoito, vinte anos que foram lançados para a morte e para ferimentos, por uma vontade que nós nem todos sabemos o porquê.

Portanto, fazia um apelo à CDU: se quer que o PSD vote favoravelmente o seu Voto, retire o parágrafo de ataque à NATO.

Tenho dito, obrigado.»

**O membro da AM, Marta Correia (PSD)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Acho que muito já foi aqui dito pelos meus colegas também de outros partidos, e o que eu também queria dizer é que é de facto lamentável quem condena o envio de armas para a Ucrânia esperando que os ucranianos possam fazer uma defesa com cravos, isso já foi feito no passado cá em Portugal, mas não é propriamente possível para quem é atacada a sua própria soberania.

Eu queria deixar apenas uma frase, e também subscrevo na íntegra as palavras do meu colega Bruno Lage, porque sou portuguesa, sou europeia, sou cidadã do mundo. Eu queria deixar aqui uma frase muito conhecida, de um Judeu sobrevivente dos Campos Nazis, prémio Nobel da Paz e que diz:



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

*“Tome partido, neutralidade ajuda o opressor nunca a vítima, silêncio encoraja o torturador nunca o torturado. - Elie Wiesel”.*

Obrigada.»

**O membro da AM, Paulo Baptista (PAN)** – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Presidente da Câmara, Vereadores, funcionárias, membros da Assembleia Municipal, público presente e em particular os representantes da Associação Ucraniana que estão aqui hoje, fica aqui toda a minha – e em nome do PAN – solidariedade.

O PAN repudia esta intervenção de Vladimir Putin contra a Ucrânia e partilha da mensagem tanto do PSD como do PS. No entanto, não podemos concordar em absoluto com a leitura da CDU, que tenta colocar na NATO a responsabilidade de uma iniciativa bélica, que tem como único responsável óbvio Vladimir Putin.

Consideramos que usar esta narrativa é uma forma de o desculpar, não podemos em consciência votar a favor da recomendação da CDU e solicitamos, se assim o entendam, que a CDU retire este ponto em específico, caso contrário votaremos contra, com declaração de voto. Obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente, muito obrigado por me ter dado a palavra, reitero os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Mesa e agora ao Executivo já presente, a quem aproveito para cumprimentar.

Evidentemente que subscrevemos aquela que é a posição que o PSD já aqui afirmou. A bancada do Partido Socialista não pode, de forma alguma, subscrever uma moção que versa um parágrafo sobre um ataque à NATO, nem o faremos, e desde já indicamos que votaremos contra esta moção se a CDU não retirar o parágrafo mencionado.

Por outro lado, não deixar de referir que já aqui votámos moções, recomendações e votos de pesar por unanimidade. No assunto que estamos ora a discutir, considero que seria uma verdadeira tristeza a título humanitário, ver membros desta Assembleia a não terem unanimidade num



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

assunto que é, quiçá, um dos mais importantes que já tivemos oportunidade de discutir aqui, que é discutir a paz!

Pelo que, reitero, seria uma enorme tristeza e uma vergonha para esta Assembleia Municipal que não fosse possível votar em unanimidade aquilo que aqui se apela, que é o apelo à paz. Muito obrigada.»

**O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe** – «Muito obrigado Sr. Presidente, muito boa noite a todos, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia é inaceitável, é uma infração inaceitável ao direito internacional. Putin, na minha opinião, é um tirano num regime oligárquico, que infelizmente teve de facto o beneplácito de muita gente e que agora se comportam como virgens ofendidas.

Queria aqui relevar no entanto que a moção do PSD tem um erro factual bastante importante, quando aborda aqui a violação dos Acordos de Minsk.

Aliás, a pandemia já acabou e entretanto passámos a ter especialistas sobre a Ucrânia, a Rússia, sobre a guerra, sobre a paz. E vários comentadores na televisão, altas patentes reformadas das Forças Armadas Portuguesas, incluindo com missões na NATO, apontam precisamente o incumprimento dos Acordos de Minsk, mas por parte da Ucrânia. Apontam a situação da falta de autonomia da região de Donbass como um dos grandes desestabilizadores da situação. E também ouvi eu uma alta patente militar portuguesa dizer que a perseguição à população russófona, incluindo milícias neonazis, nos últimos cinco anos criou uma destabilização que não é de deixar de relevar, e estas declarações apontam para um erro factual grosseiro da moção do PSD.

Por outro lado, altas patentes militares portuguesas apontam o cerco base da NATO à Rússia, como fator de destabilização e é compreensível porque no tempo da União Soviética, quando esta quis pôr mísseis à porta dos Estados Unidos, deu um bloqueio que ainda dura até hoje. E comentadores na televisão, altas patentes militares, apontam também que foi o crescimento dessas bases que levou ao crescimento de uma nova corrida ao armamento



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

por parte da Rússia e por parte da China. Não sou eu que o digo, são altas patentes militares portuguesas na televisão.

Portanto, eu não posso estar de acordo com esta moção do PSD. Obrigado.»

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – «Muito boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos.

E rapidamente falar – depois desta entrada de rompante num parlamento, é exatamente o que nós estamos aqui a fazer, esta casa é uma casa parlamentar e todos nós temos direito a ter opinião e guardar respeito no seu interior - em relação à condenação da guerra, que são o conjunto destas propostas, agravado sobretudo numa altura em que muitos idosos faleceram a nível europeu e a nível mundial, em consequência natural da sindemia, eu vi a bancada aqui oposta nesta casa a elogiar o exército russo num contexto histórico. Não me esqueço. Ora, esta situação de acumulação entre uma guerra e uma situação que também pode ser encarada como uma guerra (as palavras não são minhas), criando mais instabilidade mundial e sobretudo o adiamento da integração da Ucrânia na Europa das regiões e o adiamento da desmilitarização.

Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tiago Botelho (PSD)** – «Sr. Presidente, estimados membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, estimado público, boa noite.

Eu começaria a minha intervenção, marcando o facto de esta ser a primeira Assembleia Municipal na sequência das eleições legislativas que tivemos, por endereçar ao Partido Socialista os cumprimentos pela vitória que teve nas eleições e, tendo entre nós candidatos a deputados, saudar-vos e obviamente desejar um bom mandato em prol do nosso país.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, penso que é importante desde logo assinalar que de facto é uma felicidade o Partido Socialista ter ganho as eleições com maioria absoluta, porque seria seguramente altamente embaraçoso, nesta fase do campeonato, explicar como estariam a governar com o apoio do PCP, quando este tem esta posição dúbia



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

relativamente à condenação firme que tem que ser feita à invasão da Ucrânia. Aliás, não é novidade, porque o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda têm nos seus programas eleitorais desde sempre a saída de Portugal da NATO, isto não é novidade para ninguém toda a gente sabe, é às claras que o PCP e Bloco de Esquerda apoiam e defendem a saída de Portugal da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Portanto não é novidade, sabemos ao que vamos e sabemos com quem estamos, por isso ainda bem que o Partido Socialista se livrou desse apoio embaraçoso e pode agora governar quatro anos com uma estabilidade governativa que também ela mesmo é boa para o país.

Depois, dizer também, e eu não sou especialista em relações internacionais nem quero ser, não sei se em primeira instância a Ucrânia violou os Acordos de Minsk ou não, talvez não os tenha cumprido na íntegra, é possível, não me compete agora analisar. Agora, factual é que a Rússia está obviamente a violar os Acordos de Minsk, isso é um facto e nada na moção do Partido Social Democrata e nos nossos Partidos parceiros da Coligação tem qualquer erro factual. Não há aqui nenhuma afirmação errada do ponto de vista da política e da esfera jurídica internacional. O que é facto é que há uma violação dos Acordos de Minsk por parte da Rússia ao invadir a Ucrânia.

Depois, também dizer que somos democratas, somos pela paz, somos obviamente sensíveis ao sofrimento de um povo, porque nós conhecemos as pessoas, sabemos quem elas são, temos amigos que são ucranianos, estão inseridos na nossa sociedade e aqui no Algarve há uma comunidade ucraniana relevante, nós conhecemos as pessoas, falamos com elas pelo nome, falamos das suas famílias no país de origem e portanto obviamente que nos toca de forma diferente, é um facto. Somos todos de carne e osso e de sentimentos, portanto naturalmente que sim é diferente uma guerra aqui à nossa porta do que uma guerra distante a milhares de quilómetros. E sim os nossos corações estão com os ucranianos.

Portanto, dizer que não pode haver hesitação por parte de quem defende a democracia e a paz, em apoiar o fim imediato e total das hostilidades. Por aqui me fico. Glória à Ucrânia!»



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

**O membro da AM, Célia Gonçalves (BE)** – «Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores Secretários, Sr. Presidente da Câmara e repetivo executivo, caro público e representantes da comunidade ucraniana.

O Bloco de Esquerda repudia veementemente o ataque militar da Rússia contra a Ucrânia. E tal como aqui já foi dito, sou portuguesa mas também sou da Europa e sou do mundo e defendo a paz pela qual todos devemos lutar.

O Bloco de Esquerda votará favoravelmente os votos de apoio do PS e do PSD e outros grupos parlamentares e irá abster-se em relação ao voto da CDU. Obrigado.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Foi solicitado que retirássemos a referência à NATO. Eu devo dizer-vos com toda a franqueza que quando fiz a declaração pessoal não a fiz em vão. O mundo infelizmente hoje em dia é uma coisa muito complicada, nesse mundo a Europa também está sendo uma coisa muito complicada e nós temos a consciência de que não se caminha para a paz pondo achas na fogueira da guerra. Esta questão é tremendamente importante.

Todos nós sabemos, podemos esquecer, podemos gostar ou desgostar, que o golpe de 2014 na Ucrânia não foi alheio à instigação da NATO e da potência mandante da NATO, que a utiliza como uma ferramenta político/militar de defesa dos seus interesses. O não cumprimento dos Acordos de Minsk, que tinham reunido a Alemanha, a França, a Ucrânia e a Rússia, foi instigado pelos Estados Unidos e pela NATO.

Eu não vou prolongar aqui uma infindável discussão sobre todos os interesses que estão em jogo, eu vou só apenas dizer e concluir com uma coisa. Os russos e os ucranianos já são perdedores, os europeus já são perdedores e os Estados Unidos da América já são ganhadores. E, perigosamente, temos um conjunto vastíssimo de Reis, Presidentes da República, Primeiros-Ministros, Ministros da Defesa, Ministros dos Negócios Estrangeiros, todos com bilhete de claque da NATO. E aí de quem tenha a coragem de não entrar na conversa com o bilhete de claque da NATO.



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

Quando o que se está a fazer em termos de comunicação social, vinte e quatro horas por dia em Portugal e em toda a Europa, é preparar as opiniões públicas desses países para a guerra, meus caros, o desafio de que a NATO já deveria de lá estar a atuar é um fortíssimo contributo para a paz. Há muita gente que não se importa que o palco de jogo de uma confrontação entre os interesses hegemónicos dos Estados Unidos e a gente que neste momento, que é de direita, que é capitalista, que domina o poder na Rússia, seja feita no nosso campo de jogo.

Nós estamos a olhar para dois continentes, nós estamos a olhar para a Euro-Ásia. No coração da Euro-Ásia está um conjunto vastíssimo de meios militares fortíssimos americanos. Nós estamos à beira de uma escalada para uma nova fase do conflito; quem quiser pôr lá mais NATO, mais armas, quem quiser trocar as negociações pelo desenvolvimento da guerra, tenha a certeza absoluta de que não se vai livrar de uma coisa: os ucranianos vão ser mais perdedores, os russos vão ser mais perdedores, os europeus vão ser mais perdedores. E os Estados Unidos da América e a sua ferramenta política/militar que é a NATO, vão-se estar a rir de nós todos. E estaremos mais próximos de uma confrontação global entre os americanos, os aliados dos americanos e a República Popular da China.

Quem achar que se vai conseguir a paz no mundo assim, ponha mais lenha na fogueira. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Vamos então proceder à votação, pela ordem de entrada dos votos. O primeiro voto a ser votado é o que diz respeito à proposta da CDU.

*Passou-se à votação do Voto da CDU “**Voto em defesa da Paz e pelo fim da Escalada de Confrontação na Europa.**”*

VOTAÇÃO

Votos contra – 27(10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN)

Abstenções – 01BE

Votos a favor – 03 CDU

*Face ao resultado obtido na votação o referido Voto **foi rejeitado** por maioria.*



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

Passou-se à votação do Voto do PSD, CDS, Iniciativa Liberal, MPT e PPM – **“Voto de Apoio e Solidariedade para com a Ucrânia e os seus Cidadãos”**

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 03 CDU

Votos a favor – 28 (10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN; 01BE)

Face ao resultado obtido na votação o referido Voto **foi aprovado** por maioria.

Passou-se à votação do Voto do Partido Socialista – **“Voto de Apelo à Paz e de Repúdio pela Invasão da Ucrânia.”**

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31 (10PSD;10PS;03CDU; 02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN; 01BE)

Face ao resultado obtido na votação o referido Voto **foi aprovado** por unanimidade.

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Se me permitem interpretar o sentimento geral e se me permitem dar conta do quão grave é esta situação, e que independentemente das discrepâncias que possam ter resultado da discussão, ainda assim creio que todos são fervorosos adeptos da paz, eu permitia-me solicitar aos serviços que fosse possível tocar o Hino da Paz Mundial das Nações Unidas, como uma manifestação simbólica do nosso esforço e do nosso empenhamento pela Paz no Mundo. Muito obrigado.»

*Seguidamente ouviu-se o Hino da Paz Mundial das Nações Unidas.*

*Passou-se então ao:*

**Período Antes da Ordem do Dia**

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – «Muito obrigado. Em primeiro lugar o não televisionamento da sessão.



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

Mas queria falar sobre o lema Faro Capital da Cultura. Há poucas horas foi apresentado novamente o grande projeto para a cidade e eu acho que é importante voltar ao mesmo e não voltar a dar tiros no pé.

A primeira travessia aérea do Atlântico Sul vai fazer, dia 30 março, cem anos. Nessa avioneta iam o Almirante Gago Coutinho e Sacadura Cabral. O Almirante Gago Coutinho, provavelmente seria um farenses, na altura São Brás de Alportel era freguesia de Faro e ele teria nascido exatamente lá, pois os pais eram de São Brás de Alportel.

A Assembleia Municipal de São Brás de Alportel, aprovou e consensualizou o nome para o Aeroporto de Faro que é uma infraestrutura muito importante e que deve de ter um nome e só falta o nosso.

A Assembleia Municipal abdicou de participar nessa nomeação. Eu fiz a minha proposta para as restantes bancadas poderem intervir e colocar o seus nomes e eu penso, oxalá me engane, que se perdeu a oportunidade de colocar o nome do nosso ex-Presidente Mário Soares no Aeroporto do Algarve.

Regionalizar é preciso! Regionalizar também com autonomia energética, este é outro ponto, mas que se relaciona com o aeroporto. Também pela iniciativa que o aeroporto está neste momento a instalar, que é a maior central fotovoltaica do concelho, é quase um hectare, vai dar quase 30% de energia gasta dentro do aeroporto, e estou-me a lembrar da minha proposta para o Mercado Municipal, em S. Luís. Mas vou colocar outra hipótese, como arquiteto eu estou sempre a sonhar, oxalá não perca esse sonho...

O estádio de S. Luís pode vir a ser coberto, seria uma infraestrutura mais para o nosso objetivo comum e aí desenvolver, sim, uma mini central fotovoltaica, que vai fazer talvez uma década neste momento a que está instalada por cima dos camarotes do Estádio de S. Luís e que é uma pequena língua de painéis solares. Mas o Sporting Clube Farenses foi pioneiro na instalação da primeira minicentral fotovoltaica. E com essa cobertura poder-se-ia adquirir uma ferramenta fundamental que é um pavilhão multiusos. Muito obrigado.»



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e todos os restantes membros desta Assembleia e da Câmara Municipal.

Gostava de alertar aqui para dois assuntos. O primeiro assunto tem a ver com a situação que ocorreu no Centro Hospitalar Universitário do Algarve, em particular aqui no hospital em Faro, relativamente à sua área de urgência pediátrica. Não ponho em causa que os responsáveis pelo Centro Hospitalar Universitário do Algarve tenham desenvolvido todos os esforços que estavam ao seu alcance para minorar os efeitos da situação. Só que nós, relativamente a esta como a outras matérias, quando fornecemos por exemplo uma alternativa a que a urgência pediátrica prestada por um pediatra obrigava a ir a Portimão, nós estamos a colocar o apoio de urgência a uma criança do sotavento do Algarve a cem quilómetros ou mais de distância.

Este assunto relativamente à capacidade ou à falta de capacidade, aos meios ou à falta de meios, para que os cuidados hospitalares de saúde que são da responsabilidade do Estado possam ser devidamente prestados às populações é de extrema gravidade na nossa região. E nós não gostávamos de deixar passar em claro esta situação.

Outra situação, e vamo-nos referir a elas mais vezes, é que nós também gostávamos que estivesse presente nas preocupações desta Assembleia, tem a ver com o que se passa de facto, em concreto e na realidade acerca de um quilómetro e meio do sítio onde nós estamos.

Do ponto de vista daquilo que no futuro lá venha a acontecer, e alguma coisa há de acontecer mais tarde ou mais cedo, com mais polémicas ou com menos polémicas e estou-me a referir a tudo o que envolve a Horta da Areia, naquele espaço a sul da linha de caminho de ferro.

Eu como naturalmente não recebi bilhete de claque, nem aceito bilhete de claque para apoiante da NATO, e tenho outro tipo de preocupações que têm a ver com as dificuldades que todos os povos europeus vão assumir agora e daqui a mais algum tempo, receio que as condições para haver, a curto prazo, qualquer espécie de investimento significativo naquela zona tenham



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

drasticamente diminuído, porque não estamos a trabalhar para a paz, estamos a trabalhar para a guerra.

Como farenses e como membro desta Assembleia Municipal, a questão que eu coloco é a seguinte: a quantidade de edificações em ruínas, a quantidade de espaços nos quais floresce toda a vida selvagem, a desejável e a indesejável – e não me alongo em descrição porque quem tiver curiosidade em ver o que lá se passa fica só a um quilómetro e meio, vão ver – e a questão que eu pergunto é: o que lá está tem proprietários privados, terá eventualmente áreas concessionadas do Estado a privados, e tem propriedade pública; esta Câmara Municipal enquanto o futuro risonho não chegar, vai ficar absolutamente inativa do ponto de vista de higienização e da limpeza daquela área? As ruínas que lá estão têm valor museológico? Tudo o que de errado se está lá a passar é para ser conservado? Não há preocupações ambientais para aquela zona? Não há preocupações de saúde pública? Os públicos e os privados não se entendem para limpar aquela zona?

A limpeza de zonas daquele tipo já as houve no Algarve bem perto de nós. Quem conheceu o que acontecia na parte poente de Olhão, sabe que antes de aparecer o que lá está hoje houve uma ação de limpeza da zona. Quem sabe o que aconteceu em Loulé, na freguesia de Quarteira na parte poente de Quarteira, entre a Vila de Quarteira e Vilamoura, sabe o que é que lá aconteceu. E nós voltamos as costas àquilo e não assumimos a necessidade da higienização daquilo? Higienização que é necessária para quem lá vive e para quem tem lá as suas unidades comerciais e industriais que ainda lá existem. Por quantos anos nós vamos aguardar e assistir impávidos e serenos à degradação de tudo o que lá está? Obrigado.»

**O membro da AM, Luís Coelho (PS)** – «Sr. Presidente, Srs. Vereadores, caros colegas.

Dois pequenos comentários a duas intervenções que foram feitas. Um é uma situação em que eu penso muito e tem a ver com o aeroporto e com o nome do aeroporto. Há cerca de dois ou três anos, a Assembleia de Portimão aprovou também um voto para que o aeroporto tivesse o nome de Manuel Teixeira Gomes, antigo Presidente da República. Recentemente, tal como foi referido, em São Brás de Alportel, numa cerimónia pública, foi mostrada a



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

intenção de se dar o nome do Almirante Gago Coutinho ao aeroporto; duas figuras tremendamente importantes na história de Portugal.

Eu, de qualquer maneira, o que quero deixar aqui é o meu ponto pessoal, porque algum dia tinha de o dizer. Porque para mim o nome Aeroporto Internacional de Faro serve-me muito bem e dignifica o nome de Faro no país e no estrangeiro.

Sou profundamente algarvio, de Faro mas algarvio, tenho o máximo respeito por todos os municípios do Algarve, costumo dizer às vezes, de brincadeira no que diz respeito a São Brás de Alportel, a minha avó era de São Brás... não, a minha avó nasceu na freguesia de São Brás mas era de Faro! Portanto, essa é uma realidade, e nós podemos dizer isto de brincadeira, não ofende. Mas eu votarei sempre contra a alteração do nome, ou pelo menos estarei sempre do outro lado, porque acho que Aeroporto Internacional de Faro nos fica bem.

Um pouco por todo o país, qualquer entidade que tenha um significado tem o nome da terra. Nós nem no futebol temos o nome da Associação de Futebol de Faro, é Associação de Futebol do Algarve. Foram mudando tudo. Acho que já chega, Faro tem vida própria, é a capital do Algarve e merece um pouco de respeito, e não estou a dizer com isto que quem faz estas propostas não tenha respeito pelo concelho, não é isso que está em causa, acho é que é deve ser uma situação que se deve ter em conta.

Outra apreciação tem a ver com esta última intervenção do António Mendonça. Eu sou capaz de subscrever que o grande projeto para Faro Capital do Algarve talvez esteja naquela zona, gostava de o ver avançar. É evidente que quando hoje em dia passo naquela zona, fico também perturbado. Ainda há muito pouco tempo descuidei-me - foi mesmo o termo - virei à direita quando não devia ter virado, e fui até ao fim onde era o antigo Carmo & Brás; ao fim de tarde aquilo assusta e é complicado. Eu não sei se aquilo já foi vendido se não foi, mas eu sugeria à Câmara que falasse com as pessoas. Já para não falar da antiga fábrica de cortiça que está do outro lado da estrada, um pouco mais à frente, aquilo envergonha-nos a todos. Se calhar até numa ação conjunta devia-se tentar perceber como é



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

que aquilo pode ir abaixo. Em termos de saúde pública e de saúde visual aquilo é horrível.

Infelizmente, começou a ser ocupado por pessoas com graves situações sociais e tende a piorar, portanto deixo isto mais como alerta, porque aquilo de facto pode entrar numa situação de descontrolo e será bem pior. Obrigado.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** – «Eu tive a honra e o privilégio de ter estado em São Brás de Alportel, convidado pelas entidades que encabeçam todo este processo do nome do aeroporto, e a cerimónia organizada pela Câmara de São Brás foi realmente extraordinária, estiveram lá as altas patentes militares da Marinha e da Força Aérea.

Esta Assembleia Municipal já tomou posição quanto ao nome do aeroporto, todos os aeroportos internacionais em Portugal têm nome e ainda bem que têm, o de Lisboa e o do Porto o nome de duas pessoas extraordinárias, e falta o aeroporto de Faro ter também um nome. Ele não deixa de ser o Aeroporto Internacional de Faro, ficará lá sempre escrito Aeroporto Internacional de Faro e por baixo ficará o nome da pessoa.

Esta Assembleia Municipal já tomou posição relativamente ao nome que gostaria de ver definido para o Aeroporto Internacional de Faro, que é o nome do Almirante Gago Coutinho. Em São Brás de Alportel, eu tive a oportunidade de verificar que altas patentes militares na reserva estão empenhadíssimas nesse assunto e portanto sou muito favorável a que o nome do Almirante Gago Coutinho, como esta Assembleia já decidiu, fosse encaminhado nesse sentido.

Relativamente a uma questão que me preocupa também, que é a Horta da Areia e aquela envolvente toda, eu penso que a Câmara Municipal de Faro tem neste momento, na pessoa do Sr. Presidente, uma maioria sustentável, uma maioria clara que o povo de Faro lhe quis entregar, e isso é indiscutível. E estou convencido que o que há para fazer ali, não fosse realmente o governo do Partido Socialista estar a atrasar aquela questão, como quem já ouviu o Presidente da Câmara dizer que faltava uma assinatura de um Ministro qualquer para a situação ser desbloqueada, não sei se já foi feita ou



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

não essa assinatura, mas a verdade é que toda aquela zona, do caminho de ferro para lá, tem que ser alterada e rapidamente. Agora, eu não quero de maneira nenhuma é ver ali – e com isto não pretendo atingir nada nem ninguém – é os *habitués* desta cidade envolvidos nas construções daquelas coisas, isso é uma coisa que me penalizaria bastante. Eu não me estou a referir a ninguém em especial, agora conheço que há efetivamente um conjunto de pessoas nesta cidade que normalmente estão ligadas a estas coisas e eu pessoalmente não gostaria de os ver ligados a estas questões porque aquilo é uma questão não de alturas, nem de construção massiva, mas de uma nova cidade que eu costumo compará-la a Istambul. Esta parte, da linha para cá é Faro a Cidade Velha; daqui para lá, vai ser Faro a Cidade Nova, portanto são duas cidades integradas uma na outra.

E eu espero que realmente a questão que tem a ver com tudo o que ali se vai desenvolver seja feito em favor de Faro e não de qualquer interesse seja de quem for. Esta é uma análise que eu acompanharei muito de perto, porque já se ouve falar na especulação da compra de terrenos ali e outras coisas mais, que nós temos efetivamente, nesta Assembleia Municipal, se for necessário, que inviabilizar. Nós temos que, nesta Assembleia, acompanhar aquele processo e estou convencido que o Presidente da Câmara, e eu sou um apoiante acérrimo do Presidente da Câmara, que efetivamente aquela questão avance rapidamente, mas com a coragem e a capacidade que ele tem de não deixar ali se intrometerem pessoas que efetivamente não podem. Obrigado.»

**O membro da AM, Paulo Batista (PAN)** – «Boa noite, Sr. Presidente.

Durante a última semana foi notícia a intenção da Câmara Municipal de Faro de dar uma nova vida ao espaço da Fábrica da Cerveja, uma edificação notável de Faro, o que é naturalmente louvável tendo em conta o estado degradado e, em parte, devoluto do edifício.

Será justo dizer que a Fábrica da Cerveja só não se encontra em pior estado porque nos últimos anos houve uma associação que decidiu pegar no espaço e fazer dele um sítio congregador dos jovens farenses, de todos os estratos e esferas sociais, em torno de um projeto evolvente da arte em particular da música mas não só. Estamos a falar naturalmente da Associação Recreativa



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

e Cultural dos Músicos que tem feito um trabalho fenomenal com os nossos jovens e demonstrado, na prática, que a cultura, do ponto de vista artístico, está em todo o lado e desconstruindo um pouco a ideia de uma cultura elitista e comprovando o papel da cultura no desenvolvimento individual de quem se envolve e tem crescido com a Associação, muitas vezes pessoas que vêm de situações bastante delicadas. Todos sabemos isso, acho que reconhecemos este papel da Associação dos Músicos, e a Câmara de Faro também o reconhece tendo já homenageado com uma medalha um dos seus históricos dirigentes, Armindo Silva.

Mas a questão que o PAN gostaria de colocar, lembrando que nas eleições que nos trouxeram aqui e também na consulta pública para a concretização do Plano Estratégico, defendemos abertamente que a Associação deveria manter um papel de relevo e a estabilidade necessária para continuar a desenvolver o seu trabalho. E que para isso acontecer era fundamental que a Câmara garantisse a sua permanência naquele local a longo prazo. A pergunta que gostaria de dirigir ao Sr. Presidente da Câmara, através do Presidente da Mesa da Assembleia é: qual o futuro da Associação de Músicos em relação à sua permanência na Fábrica da Cerveja e o seu papel neste projeto? Irão manter-se por largos anos naquele local?

Obrigado.»

**O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesias de Santa Bárbara de Nexe** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Uma questão breve sobre o transporte público. Porque há coisas inevitáveis que, volta e meia, fazem-nos pensar como é que continuam a ser inevitáveis. Em Santa Bárbara de Nexe passam diariamente vários autocarros, poucos aliás, mas alguns de cinquenta lugares, com três ou quatro pessoas lá dentro. Suponho que seja transporte público financiado pela Câmara, pelo menos o escolar é e presumo que o resto faça parte do serviço mínimo de transporte público que nós temos. Mínimo desadequado dos horários, depois a EVA muda os horários quando quer, não avisa ninguém e os horários não são compatíveis com quem trabalha. Mas a questão que eu trago a esta Assembleia é de facto autocarros de cinquenta lugares com três, quatro, cinco e seis pessoas, isto repetidamente, além de causar problemas no



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

trânsito. E não há muito tempo a Junta de Freguesia quis alugar um autocarro da EVA para levar uns jovens a Tavira para o Dia da Defesa Nacional, eram cerca de dez jovens, nós solicitamos um autocarro pequeno e a EVA disse que ia mandar um de quarenta ou cinquenta lugares que o preço era o mesmo. Revertendo isto para o transporte público, o preço não será o mesmo, pelo menos na aquisição de uma viatura pequena em relação a uma viatura grande. O preço do combustível que for gasto numa viatura pequena, até partindo do pressuposto que são a gasóleo, a viatura pequena gastará menos do que a viatura grande. Nos custos ambientais, uma viatura pequena polui menos que uma viatura grande. Então, o que eu gostava de deixar à reflexão e nomeadamente da Câmara Municipal, é uma análise destes serviços de transportes, pois obviamente que isto tem custos e estes custos se vão refletir é na Câmara, porque a Câmara subsidia muito estes transportes. E eu gostava de deixar aqui este assunto para reflexão para melhorarmos esta situação.

Obrigado.»

**O membro da AM, Luís Coelho (PS)** – «Sr. Presidente, só um pequeno esclarecimento. Eu intervim há bocado e o Gameiro Alves fez uma intervenção que me baralhou. Eu fiz um alerta para uma situação que me preocupa, não tem a ver nem com governo nem com privados nem com nada, fiz um alerta!

Quando se fala que há uma maioria absoluta nesta Câmara, nós sabemos que há na Câmara e na Assembleia e respeitamos isso tranquilamente.

Muitas vezes, quando se fala dos projetos para a Horta da Areia, efetivamente na Horta da Areia há dois projetos. Há um que há de ser aprovado pela Câmara, aliás os dois serão aprovados pela Câmara, mas há um que será privado, nitidamente, e há outro que será um misto de privado/público, que é o da zona do porto onde tem de haver um acordo com o governo, nesse falta de facto uma assinatura, não sei porquê mas há de ser feita.

O que me está a preocupar neste momento não é o que se passa no porto, o porto até está vedado é o que menos me incomoda. A situação que me



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

incomoda é a situação que está dentro da cidade, até é injusto para as pessoas da Horta da Areia nós estarmos a falar da Horta da Areia porque aquilo não tem nada a ver com a Horta da Areia, aquilo são outras pessoas que foram para lá e estão a ocupar espaço e tudo mais, por muito desagradáveis que sejam as condições de vida na Horta da Areia o resto é muito pior. Se calhar, ao longo dos anos nunca se obrigou as pessoas a assumir essa responsabilidade de deitar abaixo as casas, se aquilo estivesse tudo em baixo era muito melhor. Se calhar custa muito dinheiro, não sei. O que sei é que é melhor deixar alertas e é isso que eu aqui deixo, um alerta em relação àquilo que se está a passar lá, porque tenho medo que ainda piore mais do que já está. Porque hoje em dia em cada buraco que lá há, há pessoas a viver e isso é complicado, é aborrecido para todos e somos todos farenses.

Só queria dizer mais uma coisa: eu não vou entrar mais nestes pingue-pongues, para mim acabou. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Manuel Mestre (MPT)** – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, boa noite, Sr. Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas digníssimo público.

É só para alertar para duas situações que se andam a passar na Praia de Faro. Uma tem a ver com as caravanas – e atenção que eu disse caravanas não disse autocaravanas. As caravanas estão a estacionar em toda a parte na Praia de Faro, principalmente nos estacionamento que têm frente de mar ou frente da ria, ocupando quase na sua totalidade os estacionamento.

A segunda situação é que as pessoas que estão nas autocaravanas vão aos pontos de água públicos e retiram de lá a água, mas isto não é uma vez nem duas, chega a haver filas para tirarem a água dos pontos de água públicos. Ora, se temos um Parque de Campismo com todas as infraestruturas lá para receber essas pessoas, não vejo porque é que a polícia não atua junto das autocaravanas e das caravanas. Porque eu não gostava de ver a nossa Praia de Faro com o mesmo problema que existe na Costa Vicentina, que é alarmante neste momento.



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

Chega a ser de tal maneira alarmante que, há dois dias atrás, havia autocaravanas e caravanas estacionadas na zona do “Vizinho”, do lado da Ria, e tendas montadas na Praia/Ria Formosa. Se fosse alguém português a fazer isto, a polícia atuava imediatamente, como não é não atua. Aliás, eu pedi para parar um carro patrulha e disse: *como é que é possível não atuarem* e a resposta que me deram foi: *temos ordens superiores para não dizer nada aos autocaravanistas*.

Portanto, se está lá uma placa que diz que é proibido estacionar; a lei diz que é proibido o autocaravanismo na via pública (já para não falar nas vezes que abrem as sanitas para dentro dos buracos do esgoto), acho que tem que se tomar uma atitude na Praia de Faro, antes que seja tarde demais.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «Muito boa noite a todos, Exm.º Presidente da Assembleia Municipal de Faro, Presidente da Câmara Municipal de Faro, estimados vereadores, secretários da Mesa e restantes membros da Assembleia Municipal de Faro.

Considerando que hoje vamos discutir uma revisão de Orçamento por parte da Câmara Municipal de Faro, gostaria de referir aqui um “pequeno pormenor” que é a retoma da cobrança da taxa turística no município de Faro a partir do dia de amanhã, 01 de março de 2022.

A Câmara Municipal de Faro esteve muito bem na suspensão da taxa ao longo dos últimos vinte e quatro meses e é óbvio que uma vez aprovada a taxa ela terá de ser, mais cedo ou mais tarde, até decisão contrária, cobrada nalgum ponto, e inclusivamente nesta Assembleia terá de haver essa decisão por estar inscrito no orçamento uma dotação correspondente.

Importa igualmente referir que a taxa turística tem associado compromissos orçamentais e financeiros que não se esgotam no próprio município, pelo que teria sido desejável que os municípios do Algarve, em geral, tivessem chegado a um acordo no seu conjunto de, no mínimo, uma carência adicional de alguns meses à cobrança da taxa turística.

Embora todos tenhamos esperança que 2022 seja um ano de forte recuperação do setor, é preciso igualmente considerar que as quebras do setor turístico, o nosso principal motor económico da região, foram enormes



## **Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

e ainda estão muito longe dos números pré pandémicos. Enquanto isso, a maioria dos municípios Algarvios conseguiu manter os seus orçamentos.

O impacto da taxa turística pode até ser reduzido ou não parecer grande, mas é mais um elemento que pode dificultar a recuperação económica além da crescente inflação, a incerteza pandémica a que ainda assistimos e agora a insegurança geopolítica, sendo que o setor turístico em Faro é constituído maioritariamente por empresários, pequenas e médias empresas do setor e não grandes grupos hoteleiros, que são certamente mais vulneráveis à recuperação ou não do setor. Obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito boa noite a todos. Cumprimento o Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, Srs. vereadores, digníssimos munícipes aqui presentes e o secretariado da Assembleia.

Relativamente a algumas questões que aqui foram colocadas, gostaria de prestar alguns esclarecimentos. Desde logo sobre a questão do Bom João, vulgo, Horta da Areia, que aqui foi referida. Posso-vos dizer que hoje mesmo foi aprovado em reunião de Câmara os termos de referência para a elaboração do Plano de Pormenor e Reabilitação do Bom João. Foi um trabalho feito pelo Município (Divisão de Urbanismo) e simultaneamente foi aprovado também um contrato de planeamento com uma empresa que detém já uma parte considerável do espaço que estamos a considerar e que nos pediu para fazer esse mesmo Plano de Pormenor. É evidente que, como sabem, o Plano de Pormenor pode ser feito pelo município e pode ser feito pelos proprietários, mas quem aprova e quem define os termos em que ele é feito é o município. Aprovado em reunião de Câmara, terá depois discussão pública e virá à Assembleia Municipal. Portanto, este é um bom indicador de que, a partir de hoje, dar-se-á início ao estudo daquela área. Aliás, já tive uma conversa com os responsáveis da empresa que vai fazer esse Plano de Pormenor e já lhes referi que, pelo menos nos terrenos que são desta empresa, possa desde já haver lá alguma limpeza e alguma reabilitação, nem que seja só de limpeza.

Como sabem, a maioria daqueles terrenos, tirando o Campo da Horta da Areia e mais uma parte envolvente, não são do município, são de privados e portanto nós só podemos lá entrar se tomarmos posse desses terrenos e isso



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

não é fácil. É evidente que podemos sempre falar com as pessoas e tentar que isso aconteça. Mas, pelo menos, dar-vos esta nota de que é um bom indicador que as coisas podem evoluir positivamente no futuro.

Sobre a Fábrica da Cerveja e os Músicos, dizer que não foram os Músicos que tomaram conta daquilo, nem poderiam ser, aquilo é um espaço público, fomos nós que no início de 2014, no primeiro mandato, fizemos um contrato de comodato com os Músicos para lhes resolver um problema, na medida em que eles tinham sido despejados das instalações onde estavam. E garanti eu – não serei certamente eterno – que apenas saíam dali quando pudessemos garantir outras instalações. No projeto que nós apresentámos e que foi desenvolvido por uma equipa, está previsto os músicos terem um espaço para ali ficarem, até porque os Músicos são uma peça importante na dinamização daquilo que se pretende para a Fábrica da Cerveja.

Sobre os autocarros... certamente que a Junta quando tem uma carrinha com dez pessoas, quando vai trabalhar não leva sempre as dez pessoas, usa os carros que tem. E é isso que se faz, portanto das duas uma, ou o autocarro que vem do Montenegro traz uma pessoa e a gente acaba com o autocarro, ou então temos que chamar um Uber para transportar essa pessoa e eu não vejo que na gestão de uma empresa isso seja possível.

Sobre as autocaravanas estou plenamente de acordo, é um problema de, infelizmente, falta de fiscalização. Não é o único problema que tem esta génese; está já marcada uma reunião com as forças de segurança e irei levar também esse assunto, aliás de entre outros que temos para discutir com as forças de segurança.

Relativamente à taxa turística, nós temos o nosso regulamento aprovado há dois anos. Tendo em conta a situação do COVID suspendemos esse regulamento. Regulamento esse que derivou de um acordo entre os municípios do Algarve, com os termos do regulamento, os valores e por-aí-fora... Vamos ver qual é o futuro. Hoje entendo que não devemos continuar como o ano passado e como há dois anos, mas não digo que daqui a uma semana ou duas não possamos inverter esta situação, vamos ver como é que a economia de alguma forma evolui e depois tomaremos uma decisão. Muito obrigado.»



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Está assim concluído o período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato ao período da Ordem do Dia com o primeiro ponto.»

### **PONTO N.º 1**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à 1.ª Alteração do Plano de Pormenor da Horta dos Pardais – Aprovação da versão final da alteração do PPHP – Proposta n.º 44/2022/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Proposta 44/2022/CM versa a 1.ª Alteração do Plano de Pormenor da Horta dos Pardais, que visa responder a alguns problemas que existem naquele Plano e que era preciso dar solução, no sentido de desenvolver ali alguns projetos urbanísticos que com o Plano anterior não era possível.

Sobre esta alteração já decorreu o período de discussão pública, procedeu-se às correções necessárias, está neste momento discutido e o que se pretende é que a Assembleia aprove para que ele possa entrar em execução. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Emanuel Aniceto (CDU)** – «Boa noite, Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Esta alteração do Plano de Pormenor da Horta dos Pardais surge essencialmente da necessidade de o dotar de características que o tornem menos rígido, essencialmente no número de lotes e usos, por forma a que as operações urbanísticas futuras assumam um leque maior de opções, em que a razão pela qual aquela área expectante não é intervencionada é por excesso de rigidez da anterior versão do Plano.

Por exemplo, antes a proposta de alteração era obrigatória apenas para a edificação de três lotes com determinados usos e agora é possível a edificação para lá dos três lotes, desde que os parâmetros urbanísticos no essencial se mantenham.



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

A dado momento, no processo de alteração, aquando da conferência procedimental, surgiram questões relativamente ao nível da avaliação acústica que motivaram parecer favorável condicionado por parte de uma série de entidades. Julgamos que com a descarbonização da economia é expectável eletrificação ao nível da mobilidade urbana que parece ser resolúvel, também adotando soluções construtivas específicas, não esquecendo que será posteriormente necessário respeitar a lei geral da acústica.

O ponto que nos é passível de crítica, nesta proposta de alteração, é a substituição do número máximo de pisos, que anteriormente era quatro, para quatro mais um recuado tendo em conta a área envolvente.

Pelo facto de a rua estar direccionada sul/norte, esta questão não se põe tanto a nível do sombreamento como se poderia prever, mas o que é certo é que na envolvência só existe um edifício com quatro mais um pisos, a nível do outro lado da rua, se tivermos em conta o lado poente da Estrada da Penha, ou inclusivamente no edifício que se situa entre a área em apreço e a entrada da Universidade da Penha. Tenho dito.»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD)** – «Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, vereadores, caros colegas.

Eu gostava aqui de afirmar duas coisas. Este Plano nasceu já há muitos anos, e posso dizer que fui da altura do primeiro Plano e nessa altura a própria legislação era muito rígida, isto tem um contexto temporal que advogava que os lotes tinham que ser perfeitamente definidos. Houve uma legislação que foi evoluindo e mesmo a própria cultura de planeamento foi evoluindo para uma flexibilização e, basicamente, o fazer bom planeamento hoje em dia não tem nada a ver com o que era há vinte anos atrás, tem a ver mais com as necessidades de resposta à sociedade e em geral também à flexibilização, ou seja, fazer leis que sirvam mas que sejam apenas essenciais e não rígidas.

Efetivamente, esta alteração vai ao encontro desta evolução legislativa, que faz todo o sentido, que no fundo é a adaptação de um Plano um pouco rígido, à antiga digamos assim, por uma situação mais moderna e atual em



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

que permite flexibilização de usos, os conceitos de compatibilização de usos também era uma coisa que não existia e passou a existir e portanto há um progresso legislativo e cultural na forma como se faz o planeamento.

Quanto à questão dos cinco pisos, queria aqui fazer uma referência que é a seguinte: os cinco pisos não é relevante, é pouco significativo, porque efetivamente há uma leitura até diria de continuidade desde o início da Estrada da Penha; aí não posso concordar com o meu colega, porque há um contínuo que se vê na Estrada da Penha, todo ele entre quatro/cinco pisos, e neste caso não era esta a perspetiva que se está a pretender, é mais a vivência de uma cobertura acessível e com usufruto de espaço de estadia de lazer, que não se conseguia ter anteriormente, que também é uma evolução que é a utilização das coberturas, que anteriormente eram sempre espaços pouco dignos e não eram vividos. E neste momento pretende-se dar alguma vida como espaço de lazer e de convívio no último piso. Tenho dito, obrigada.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «Sr. Presidente, muito obrigado por me conceder a palavra.

O Partido Socialista irá abster-se nesta proposta. É entendimento do PS que esta urbanização deveria ficar particularmente alocada para residências universitárias e habitação para jovens. Não tendo sido esse o entendimento do município, decidimos não obstaculizar mas iremos abstermo-nos nesta proposta. Muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «É só para referir que daquilo que sei do proprietário é uma residência universitária que vai aparecer aí.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado. Não se registando mais intervenções vamos então proceder à votação do ponto um da Ordem de Trabalhos.»

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 14 (10PS;03CDU;01BE)

Votos a favor – 17 (10PSD;02CDS;01CH;01IL;01MPT;01PPM;01PAN)



## Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

*Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por maioria.*

*Texto da deliberação:*

“Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 44/2022/CM** (e respetiva documentação de suporte) respeitante à alteração do Plano de Pormenor da Horta dos Pardais, nos termos do nº 1 do artº 90º do RJIGT, conforme apresentado no ofício n.º 837, de 27/01/2022, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	---	---	---	01	17
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>	---	---	---	---	---	---	10	03	01		14

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar o solicitado na Proposta n.º 44/2022/CM.”

*Seguidamente passou-se ao:*

### **PONTO N.º 02**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 4,89m<sup>2</sup> em nome de Marta Alexandra Fernando dos Santos Costa, referente ao Processo de Obras n.º 342/2018 – Proposta n.º 489/2021/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente. O que se pretende aqui é passar um terreno de 4,89m<sup>2</sup> para o domínio público municipal e precisamos de autorização da Assembleia Municipal para isso. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Não se registando inscrições a respeito deste ponto passaremos de imediato à votação.»



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

*Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por unanimidade.*

*Texto da deliberação:*

“Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 489/2021/CM**, respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 4,89 m<sup>2</sup>, em nome de Marta Alexandra Fernando dos Santos Costa, referente ao Processo de Obras n.º 342/2018, ao abrigo do artigo 25.º, nº 1, alínea q), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e conforme apresentado no ofício n.º 836, de 27/01/2022, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	10	03	01	01	31
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>											00

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o solicitado na Proposta n.º 489/2021/CM.”

*Passou-se então ao:*

**PONTO N.º 03**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 72,23m<sup>2</sup> no âmbito do Processo de obras n.º 127/2021, em nome de Eunice Elisabete Afonso Figueira – Proposta n.º 7/2022/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

Aqui, é fruto de uma licença de obra, há 72,23m<sup>2</sup> que vêm à posse do município e que é necessário afetar ao domínio público. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «Muito boa noite a todos, novamente.

A minha inscrição é simplesmente para pedir um esclarecimento. O terreno encontra-se inicialmente registado na freguesia de Almancil; eu assumo que isso se deve ao facto de se ter encontrado numa zona indefinida antigamente e era só para esclarecer se a situação se encontra resolvida, presumo que sim...»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado. Eu creio que isso tem a ver com a zona que esteve sob discussão entre Loulé e Faro. Isso foi até aprovado na Assembleia da República e feita uma nova delimitação. Creio então que seja essa a justificação.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Não tenho aqui os dados, mas havia uma zona no Parque das Cidades que não estava definido a que município pertencia. Isso foi feito em 2013 e neste momento sabemos e há uma linha que divide aquela zona e há uma parte que pertence a Loulé, outra parte que pertence a Faro e portanto neste caso fica na zona de Faro. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – Muito obrigado. Não havendo mais inscrições passemos de imediato à votação.»

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

*Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por unanimidade.*

*Texto da deliberação:*

“Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 7/2022/CM**, respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de



## Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

terreno, com a área 72,23 m<sup>2</sup>, no âmbito do Processo de obras n.º 127/2021, em nome de Eunice Elisabete Afonso Figueira, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e conforme apresentado no ofício n.º 838, de 27/01/2022, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	10	03	01	01	31
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>											00

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o solicitado na Proposta n.º 7/2022/CM.”

*Passou-se ao:*

### **PONTO N.º 04**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 79,40m<sup>2</sup> no âmbito do Processo de obras n.º 125/2020, em nome de José Miguel Sacadura Carvalho da Silva – Proposta n.º 54/2022/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «A situação é idêntica à outra, para uma outra parcela de terreno, na sequência de um licenciamento.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – Muito obrigado.

Não havendo inscrições passemos à votação.»

### **VOTAÇÃO**

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

*Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por unanimidade.*

*Texto da deliberação:*

“Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

na **Proposta n.º 54/2022/CM**, respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 79,40 m<sup>2</sup>, no âmbito do Processo de obras n.º 125/2020, em nome de José Miguel Sacadura Carvalho da Silva, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e conforme apresentado no ofício n.º 1495, de 17/02/2022, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	10	03	01	01	31
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>											00

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o solicitado na Proposta n.º 54/2022/CM.”

*Seguidamente passou-se ao:*

**PONTO N.º 05**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, e área a desfetar do domínio público, no âmbito do Processo de obras n.º 305/2020, em nome de Euro 24 – Compra e Venda de Propriedades, Lda. – Proposta n.º 60/2022/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «É idêntico ao outro processo, no sentido de que há uma legalização e há duas parcelas de terreno, uma para afetar ao domínio público municipal e outra para desfetar do domínio público municipal para juntar à parcela. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado Sr. Presidente. Não havendo inscrições passaremos de imediato à votação.»

**VOTAÇÃO**

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30



## Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

*Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por unanimidade.*

*Texto da deliberação:*

“Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado pelo executivo municipal na “Proposta n.º 60/2022/CM – Doação de uma parcela de terreno e área a desafetar do domínio público no âmbito do Processo de obras n.º 305/2020, em nome de Euro 24 – Compra e Venda de Propriedades, Lda.”, designadamente:

- Afetar ao domínio público municipal uma parcela de terreno com 59,00 m<sup>2</sup>,
- Desafetar do domínio público municipal e afetar ao domínio privado uma parcela de terreno com 24,00m<sup>2</sup>, sita na Rua Luís de Camões, União de Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro), confrontando a norte, a sul e poente com Euro24 – Compra e Venda de Propriedades, Lda. e nascente com arruamento.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	09	02	01	01	01	01	10	03	01	01	30
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>											00

Não participou na discussão e votação o membro do PSD, Teresa Correia, por impedimento.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o solicitado na Proposta n.º 60/2022/CM.”

*Passou-se então ao:*

### **PONTO N.º 06**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) de 2022 – Proposta n.º 90/2022/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

A proposta 90/2022/CM vem na sequência do fecho de contas de 2021, com a aprovação dos fluxos de caixa, onde se apurou um saldo de gerência de cerca de 9.8 milhões de euros. Haverá depois um acerto de cerca de



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

oitocentos e catorze mil euros que já estava afeto e um reforço de 3.1 milhão de euros, que tem a ver com a Polis e que a seguir iremos falar sobre o plano de partilha.

Portanto, o que se pretende é, com os considerandos e a informação que estão na proposta, integrar este valor no Orçamento de 2022 e portanto pretende-se a aprovação à 1.ª Alteração ao Orçamento de 2022. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «Exm.º Presidente da Mesa, a minha intervenção não será muito longa, nem demasiado técnica, até porque já discutimos esta matéria há relativamente poucas semanas e a necessidade da revisão do orçamento surge da necessidade da integração do saldo de gerência, conforme já foi referido pelo Presidente da Câmara.

Além do saldo de gerência, necessitamos também de integrar a liquidação da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A., com cerca de 2,7 milhões de euros e a respetiva integração do projeto da ponte de acesso à Praia de Faro. Um projeto que, acredito, estamos unânimes aqui nesta Assembleia, é necessário e tem de avançar o mais rapidamente possível e que finalmente terá condições para tal. Sendo que a integração deste projeto naturalmente também provoca uma necessidade de adaptação do Plano de Investimento Plurianual, em que neste momento contém uma verba de cerca de 2,1 milhões de euros para 2023 e um milhão de euros para 2024.

A sustentabilidade financeira do município mantém-se elevada; as despesas correntes aumentam em 7,1 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 15,5%, ligeiramente superior ao registado no ano passado que era de 14,3% após integração do saldo de gerência desse ano. E, neste contexto, destaco obviamente o reforço das despesas correntes às rubricas associadas pelo apoio às entidades de educação, ao apoio às famílias, ao associativismo e às freguesias, num claro esforço por parte da autarquia em descentralizar, mas também financiar essa descentralização.

No que diz respeito ao reforço das rubricas COVID, refere-se que são muito inferiores àquelas que se registaram o ano passado na mesma revisão e



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

espero, esperamos todos nós, que na verdade seja o último ano em que tenhamos que fazer tais previsões nestas rubricas.

Em termos de repartição do reforço, refiro que a despesa em termos correntes representa 58,3% do reforço; a despesa de capital 41,7% correspondente a 5,1 milhões de euros, em que, além da já referida ponte de acesso à Praia de Faro, constam outros investimentos estruturais nas infraestruturas rodoviárias do município, o que claramente também demonstra um bom caminho.

Mantém-se, conforme o orçamento inicial, o destaque para as rubricas de educação, cultura, infraestruturas rodoviárias e habitação e urbanismo nas categorias do investimento, uma revisão do orçamento que se segue, a tendência do orçamento inicial e que dá continuidade ao projeto iniciado por este executivo e que iremos certamente aprovar.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «Sr. Presidente, muito obrigado.

O Partido Socialista irá abster-se na votação deste ponto. Conforme referimos na discussão do orçamento, era para nós evidente, na altura, que a área da ação social e a área da habitação precisavam de ser reforçadas. Quisemos acreditar que dez milhões de saldo transitado pudessem ajudar e reforçar estas rúbricas e isso não se verifica. A alteração das verbas disponíveis quer para habitação, quer para apoios sociais são residuais e entendemos por isso viabilizar o orçamento, naturalmente, é o orçamento que a maioria propõe depois da vitória das eleições autárquicas e do lado do PS viabilizamos, apesar de que se fossemos nós o poder tomaríamos outras opções. Obrigado.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Obrigado, Sr. Presidente.

Duas ou três notas muito curtas. A primeira vai para o saldo de gerência de 2021 para 2022, destaco que ele desceu perto de três milhões de euros relativamente à situação anterior.

Nós sempre considerámos que, sendo positivo que houvesse saldo de gerência, não haveria necessidade de o saldo de gerência atingir



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

percentagens tão elevadas daquilo que era o valor orçamental. Portanto, saudamos que o saldo de gerência tenha baixado percentualmente relativamente aos valores da execução orçamental.

Por outro lado, na generalidade da distribuição desses cerca de dez milhões de euros mais os outros valores que se lhe acrescentam, do ponto de vista geral segue um bocado a construção do orçamento que agora está sob 1.<sup>a</sup> revisão.

Diríamos apenas o seguinte: tínhamos expectativa de que, em relação às instituições sem fins lucrativos, que esperamos que tenham condições para a partir de meados deste ano poderem retomar outro volume desejável de atividades, sob todos os pontos de vista, cultural, de juventude e desportivas e naturalmente que a ação social ainda vai fazer face a exigências da nossa comunidade, julgamos que havia condições orçamentais, neste reforço do orçamento, para dar algum significado e sinalizar um bocadinho mais o apoio às instituições sem fins lucrativos, fundamentalmente por três ordens de razões. Os jovens precisam de ser tremendamente apoiados na recuperação do que significou, e ainda significa, a COVID 19 para o seu percurso de crescimento. Isso não se extingue nos jovens, os adultos, quer os adultos mais jovens, quer os adultos menos jovens que ainda estão no ativo, quer os adultos que já estão fora do ativo, que estão reformados, aposentados e por aí fora, necessitam muito – e esperamos que as condições sanitárias o permitam – serem incentivados a retomar as atividades físicas, culturais, as atividades de recriação, de convívio e de socialização. A recuperação geral da saúde pública não se faz sem um aumento significativo do envolvimento das pessoas nessas atividades, do nosso ponto de vista.

Outra nota que nós queríamos aqui deixar tem a ver com o relacionamento entre o orçamento municipal e o orçamento da Juntas de Freguesia. Há uma redução cujo valor tem muito pouco significado no conjunto dos mais de sessenta milhões de euros deste orçamento, até se poderia dizer que percentualmente não tem significado nenhum, e cujo valor é apenas quanto a nós um valor de sinalização. Consideramos que relativamente ao conjunto das quatro Freguesias e Uniões de Freguesias, não havia necessidade de alterar valores relativamente aos quais havia expectativa. Tinha mais valor



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

sinalizar o percurso que o município e as freguesias têm feito de colaboração positiva para o município, para as freguesias e para as populações.

Posto isto, vou concluir dizendo que a nossa posição relativamente àquilo que nos é proposto vai ser a abstenção. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente ao orçamento, uma pequena nota breve mas polémica, já que o PCP é um dos padrinhos da ponte, o PPM tem grande reserva em relação à construção da ponte de Faro, sobretudo nesta altura do “campeonato”. Com o agravamento da situação económica e turística, acho que podemos reformular e pensar, racionalizar, no sentido económico, no verdadeiro sentido ecológico, que tem a ver com uma lógica natural – é só ver o que é que vai suceder à ilha com uma ponte de doze metros de largura. E essa opção, que nós respeitamos mas não comungamos, põe em causa a ponte velha e sobretudo a sua demolição, que vai causar poluição, porque tem que ser cortada toda a estrutura, de dezenas se não uma centena de pilares, mais as vigas de travamento e que vai encher de cascalho, para além das demolições das restantes ilhas que foram todas mal feitas. Há soluções para substituir a demolição de uma casa, sem ter que demoli-la totalmente. E haver uma outra solução mais barata, porque a ponte já vai em 4,9 milhões de euros.

Poderíamos pensar num projeto... e estou-me a lembrar do engenheiro Sande Lemos, que fez uma autoestrada e não era nesse sentido que eu queria um projeto, mas era um acesso a nascente da ilha a partir do porto comercial, um talude que iria fazer a ligação, e aí sim uma ponte de madeira e de trânsito exclusivo de peões e de ciclovias e cercear cada vez mais o automóvel, como é este largo que nós temos aqui em baixo que já teve também proibição de estacionamento e até um dos Presidentes foi multado. Muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradecer as palavras do membro Daniel Viegas, que já quando foi da aprovação do orçamento fiquei com a sensação, e na altura não tive



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

oportunidade para dizer isso, mas deve ter sido a única pessoa que leu o orçamento e que fez algum trabalho sobre ele.

Depois, respondendo até mais diretamente àquilo que o Sr. António Mendonça referiu, este é o pior orçamento que nós já tivemos. É o pior orçamento que nós já tivemos por uma razão muito simples, nós gastávamos cerca de dois milhões de euros com energia elétrica, estou a falar de iluminação pública e iluminação dos edifícios; o nosso contrato acabou em novembro, era com a Endesa, fomos ao acordo-quadro da AMAL, o primeiro classificado não aceitou, o segundo não aceitou, o terceiro não aceitou e agora vamos perguntar ao quarto se aceita ou não, e vai dizer que não.

Isto porquê? E isto não tem nada a ver com o problema da Rússia e da Ucrânia, porque desde novembro que andamos a tratar disto e já era assim antes. O que significa que isto que eu vou dizer pode estar dito por baixo. Nós pagávamos à Endesa, que era a empresa com que tínhamos contrato num concurso que fizemos, cerca de sete cêntimos por kw. Pedimos à Endesa, dado que o outro contrato terminou e que ainda não conseguimos ir a um concurso e contratar outra empresa, pedimos à Endesa o orçamento para nos fornecerem a energia elétrica para nove meses. Era aquilo que nós expectávamos que fosse necessário desde novembro para ter um concurso pronto. Sabem quanto é que nos pediram? Seis milhões e meio! Nove meses. Passou de sete cêntimos para vinte e muitos/trinta cêntimos. E é por isso que nós tivemos que meter aqui quase cinco milhões de euros em energia – ponto um.

Ponto dois: a ERSAR mandou em dezembro à Algar os preços para os resíduos para 2022. Isso foi comunicado à Algar, porque a ERSAR é que define esses preços, salvo erro em dezembro. Já todos nós, município de Faro e os outros municípios todos, tinham aprovado os orçamentos para os Serviços Municipalizados, as empresas (no Algarve há várias soluções), já tínhamos aprovado os orçamentos, no nosso caso, o da FAGAR e já tínhamos aprovado em reunião de Câmara o tarifário para 2022. Resumindo, a ERSAR decide que a tonelada de resíduos que nós entregamos na Algar, que já custava cerca de quarenta e um euros, salvo erro, para sessenta e nove ou setenta euros. Isto dá, só nas contas da FAGAR, tendo em conta que



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

nós temos cerca de trezentas mil toneladas de resíduos que entregamos na Algar, significa um custo, logo à partida sem se fazer mais nada, de mais um milhão de euros. Portanto, há duas reuniões de Câmara atrás, tivemos que fazer incidir isto na tarifa e alteramos a tarifa dos resíduos e a partir de 1 de março todos os munícipes vão pagar mais dos resíduos para comportar este aumento que a ERSAR definiu para os resíduos.

Isto para dar nota que este orçamento tem estas questões e portanto tivemos que fazer aqui muitas opções – ou antes, tivemos que fazer poucas opções, porque a gente faz muitas opções quando tem dinheiro! E dos nove milhões que aqui estão ficaram três milhões para a gente decidir. Se repararem, e por isso é que eu digo que é o pior ano do município de Faro, e se lerem os considerandos, em termos de obras feitas pelo orçamento e tendo em conta a revisão é um milhão e cinquenta, estão aí discriminadas na terceira página, no quinto parágrafo.

E foi por isso que a gente também pediu, dado que estamos aqui todos a fazer um esforço para canalizar dinheiro para outras coisas, pedimos às Juntas, porque na prática as Juntas têm uma transferência do município que não chega a quinhentos mil euros, mas o que as Juntas vão ter para investir nos seus caminhos é metade daquilo que o município vai investir na sua rede viária, e daí essa razão. Mantivemos a mesma verba para o associativismo e depois tentamos manter aqui alguma coisa.

Mas só para vos dizer que este ano o dinheiro que está aqui, que é aquilo que nós de alguma forma todos os anos tínhamos aqui esta matriz de funcionamento, conseguíamos com o orçamento ter as despesas fixas mais ou menos cobertas, e depois ter o saldo da gerência para fazer investimento, este ano foi tudo absorvido, praticamente.

Portanto, era só para dar esta justificação e dizer porque é que eu acho que é o pior orçamento que nós já tivemos. Isto nunca aconteceu, nos anos todos que eu tenho estado aqui, até em 2014 eu fiz mais investimento do que isto. Em 2014 ainda estávamos no Plano de Reequilíbrio e o primeiro ano acho que foi um milhão e cem mil euros que nós fizemos de investimento; eu tenho aqui um milhão e cinquenta, portanto estão a ver. E é evidente que



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

não tivemos capacidade para reforçar algumas coisas, como o membro António Mendonça referiu, que fariam todo o sentido.

Depois, sobre a habitação, a habitação não é nossa é do Estado, estamos à espera há dois anos para lançar a obra do Montenegro e da Ludovico, faz agora um ano (daqui a três dias) que assinámos o contrato com a IHRU para o financiamento; chegaram em outubro os contratos desse financiamento, em novembro disseram que era para pôr no PRR, fizemos a candidatura ao PRR, mas até hoje os contratos não chegaram e eu tenho os projetos à espera do financiamento para lançar. Não é financiamento nosso, eu espero que quando chegar um novo governo que dê andamento, porque daqui a pouco acaba o mandato e ainda estou à espera.

Por último, acerca da ponte da Praia de Faro e relativamente ao que o membro Vítor Cantinho referiu, o que é que vai acontecer à ilha? Ter esta ponte ou ter a outra é exatamente a mesma coisa. A ilha tem um espaço, as pessoas vão chegar lá, vão ter a ilha cheia e vêm-se embora. Bom, tem uma vantagem, é que com esta ponte haverá sempre uma via de saída aberta e portanto cria uma sensação e uma perspetiva de segurança maior. Muito obrigado.»

*Não havendo mais intervenções, passou-se à:*

**VOTAÇÃO**

Votos contra – 00

Abstenções – 15 (10PS;03CDU;01BE;01PAN)

Votos a favor – 16 (10PDS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH)

*Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por maioria.*

***Texto da deliberação:***

“Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 90/2022/CM**, respeitante à 1ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) de 2022, por incorporação do saldo de gerência no montante de 9.849.022,84€, conforme apresentado no ofício n.º 1607, de 21/02/2022, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:



## Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	---	---	---	---	16
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>	---	---	---	---	---	---	10	03	01	01	15

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar o solicitado na Proposta n.º 90/2022/CM.”

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Tal como combinado, não obstante o período de intervenção e esclarecimento destinado ao público ter lugar no fim da sessão, todas as bancadas entenderam que em reuniões desta natureza ele poderia ter lugar impreterivelmente às dez horas e trinta minutos. E como estamos perto dessa hora, eu permitir-me-ia, interpretando a vontade da Mesa e dos grupos reunidos em reunião de líderes, que os serviços procedessem à anotação das inscrições e que fosse dada a palavra aos munícipes que desejem intervir neste período.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente, muito obrigada por me dar a palavra.

Sem prejuízo rigorosamente nenhum de o público falar agora, e é evidente que estamos de acordo, Sr. Presidente quando há uma alteração à ordem de trabalhos, essa alteração tem de ser votada pelos membros da Assembleia Municipal. Peço desculpa de ter feito esta observação, mas devo fazê-lo a bem daquilo que é o nosso regimento, tão pura e simplesmente porque ainda que seja discutido em reunião de líderes, cada sessão da Assembleia Municipal inicia-se com uma ordem de trabalhos que é lida. Quando há alguma alteração à ordem de trabalhos, deve ser sugerida no início das Assembleias Municipais, para que os membros da Assembleia Municipal possam votar contra ou a favor.

Sem prejuízo de o público falar neste momento, gostaria de expressar que não deve ser assim que funciona uma alteração à ordem de trabalhos. Muito obrigada.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado. Permita-me esclarecê-la: sucede que, em reunião de líderes, esta matéria já foi



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

abundantemente discutida e o entendimento que prevaleceu foi no sentido de, impreterivelmente, às dez horas e trinta minutos procedermos como estamos agora a proceder.

Portanto, se há um entendimento na conferência de líderes a este respeito, a menos que alguma bancada manifeste que já não subscreve o entendimento que assumiu, e eu não ouvi nenhuma bancada assumir uma posição dessa natureza, então o que se procede impreterivelmente é essa alteração da ordem de trabalhos que está definida para todas as Assembleias Municipais, dada esta circunstância.

Isso já foi deliberado em reunião de líderes, há um consenso amplo a respeito da matéria, portanto se a Sra. Deputada entender recorrer da decisão da Mesa, peço-lhe que o faça e o plenário, obviamente, decidirá da bondade da sua argumentação. Se assim não for, então tanto nesta Assembleia como nas próximas Assembleias, considera-se de antemão que a ordem de trabalhos é à condição. E a condição é necessariamente que às dez e meia, para permitir que o público use da palavra sem ser a horas mais tardias, se faça essa derrogação da ordem de trabalhos que está previamente estabelecida, colocando o público a falar às dez e meia como já foi decidido para todas as Assembleias Municipais que tenham início às oito da noite.

Portanto, creio que este esclarecimento é suficiente.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente, o seu esclarecimento é evidentemente suficiente. Agora, eu penso que esta Assembleia deveria ser informada, porque lamentavelmente eu não fui e isso é um problema da minha bancada, não é um problema evidentemente seu na qualidade de Presidente desta Assembleia Municipal. Penso que a observação que acabou de fazer deve fazê-la e permita-me esta sugestão à Mesa: que essa indicação que a Assembleia poderá ser interrompida e alterada a ordem de trabalhos, em virtude do que ficou decidido em sede de conferência de líderes, deve ser feita no início de cada Assembleia Municipal aquando da leitura do período da ordem do dia e de antes da ordem do dia.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito bem, assim será em próximas ocasiões.»



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Sr. Presidente, obrigado por me dar a palavra.

Eu tenho participado nas reuniões de líderes. Eu não entendo que uma consensualização feita na reunião de líderes (é o meu entendimento) possa alterar um preceito que é regimental, que é a obrigação de o Sr. Presidente da Mesa colocar a esta Assembleia a proposta da ordem de trabalhos e esta Assembleia pronunciar-se sobre uma eventual alteração à ordem de trabalhos.

Modesta e humildemente, o que é que eu sugiro que a Mesa e o Sr. Presidente deveriam fazer? Se porventura os outros participantes na reunião de líderes não tiverem esse entendimento façam favor de o expressar lá, porque eu assisto às reuniões de líderes e ou eu já oiço suficientemente mal para não se perceber o que lá se passa, ou estou continuamente a ser confrontado com coisas relativamente às quais eu não tirei essas conclusões. Então a questão é esta: há ou não há a obrigação de a Mesa colocar a ordem de trabalhos à consideração da Assembleia? E se porventura houver uma alteração à ordem de trabalhos, dizer ou não dizer à Assembleia Municipal, a ordem de trabalhos é esta e nós propomos que às dez e meia seja feita uma interrupção para o público. Mas isto é uma questão a ser resolvida! Gostaria muito que a bancada do Partido Socialista tivesse feito esta intervenção precisamente no início desta sessão da Assembleia Municipal. Porque eu não me lembro de nenhuma preparação feita na reunião de líderes para a brilhante encenação que aqui foi feita. Ou seja, houve uma alteração à ordem de trabalhos, antes do período da ordem do dia foi colocado factualmente e objetivamente um período prévio, sem que esta Assembleia se tivesse sequer pronunciado sobre isso. Eu não participei na preparação da encenação! Eu fiz aqui um papel de “parvo” porque afinal já estava tudo combinado. Agora, eu pergunto: porque é que o Partido Socialista não fez esta intervenção relativamente à alteração da ordem de trabalhos no momento oportuno, que foi quando esta Assembleia se iniciou?

Sr. Presidente, se eu vou à conferência de líderes para ser confrontado em todas as Assembleias Municipais com entendimentos do Sr. Presidente, que do meu humilde ponto de vista não correspondem ao que lá se passou, então



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

mais vale eu não ir lá. Compreende, Sr. Presidente? Mas como eu não estou lá sozinho, eu pergunto aos outros líderes: é só o “parvo” do António Mendonça que não percebe o que lá se passa?»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Eu creio que não é desejável arrastarmos esta questão. Se alguém entende que a Mesa não está a proceder bem peço que apelem para o plenário para que seja votada a alteração feita. Se não, peço-vos que tratemos desta questão na conferência de líderes se houver algum aperfeiçoamento que tenha que ter lugar, não vejo que seja útil arrastar a circunstância, mas se insistir...»

**O membro da AM, Paulo Baptista (PAN)** – «Pedi a palavra só para justificar que eu vou ter que sair por questões pessoais, lamento naturalmente porque queria continuar, mas não posso.

A recomendação do PAN peço para que seja retirada, e depois no ponto da indicação de alguém para a Comissão de Igualdade, queria deixar em cima da mesa a possibilidade da Dr.<sup>a</sup> Elza Cunha.

Lamento e obrigado, boa continuação dos trabalhos.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado pela informação. Vamos então passar ao período de intervenção do público.»

### **III – Período e intervenção e esclarecimento destinado ao público.**

*Usaram de palavra:*

**Sr. Município Hélder Ramos** – «Muito boa noite, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Srs. Deputados.

Estou aqui hoje perante esta Assembleia, para pedir à Câmara que quando vier a época balnear que se aproxima e que tem a ver com os transportes marítimos para as nossas ilhas, que possam rever o horário para a Ilha da Culatra. Pois em anos anteriores o último barco que partia da Culatra era às três e meia e que à semelhança da embarcação que sai da Ilha do Farol que é às sete ou oito horas, se esse horário também pode ser aplicado na saída da última embarcação da Culatra. Ou seja, os nossos munícipes, se quiserem ir à Culatra, têm que almoçar a correr porque a última embarcação



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

sai às três horas, por isso eu pergunto porque é que também não pode haver uma embarcação que possa sair às sete ou oito horas, à semelhança do que se passa na Ilha do Farol?

Outra situação tem a ver com o facto de sermos capital de distrito do Algarve, somos Faro, qual seria a possibilidade de o nosso município ter as embarcações de maior capacidade a saírem do Cais Comercial de Faro, uma vez que neste momento temos que ir a Olhão para apanhar uma embarcação com maior capacidade?

Muito obrigado.»

**Sr. Município António Mateus** - «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, senhores Vereadores, senhores membros municipais, secretariado e digníssimo público.

Espero ser breve na minha intervenção e objetivo, e dentro do espaço de cinco minutos de tempo de antena, vou tentar cumprir na íntegra.

Ora, começando por aquilo que se chama um dever e obrigação do governo central, liderado por este homem que está aqui, muito sorridente, realmente tem sempre boa disposição. Mas isso não chega para o Algarve nem para os algarvios e passo a citar.

A descentralização é insuficiente, não nos serve absolutamente para nada. Em 2024 este cavalheiro anunciou a regionalização e nós não podemos, algarvios, estarmos reféns do poder central, temos que ter a nossa autonomia. Temos que ter aquilo que os nossos filhos, vão crescendo mas não podem ficar dependentes de trabalho sazonal, não podem ficar dependentes da política como trampolim para um emprego. Isso não é justo, não nos serve.

Falando no plano de saúde, têm-nos atirado muitas pedradas para o chão em relação à construção de uma Unidade Hospitalar para o Algarve, O processo na gaveta continuava e penso que ainda não saltou para a secretária, para a mesa, e vamos considerar que os algarvios não são ignorantes, nem parvos, nem estúpidos, e o nosso PIB uma grande percentagem desse valor é da nossa indústria do Turismo, uma fonte de



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

rentabilidade que alimenta o país e contribui de uma forma séria, e nós não podemos nem devemos admitir tal coisa.

Seguindo em frente. O nosso Presidente anda extremamente ocupado com a Cultura e com a Capital da Cultura. Mas só isso é pouco. Há muito mais e eu, no dia 28 de outubro do ano passado, reuni com o senhor 1 hora e 20 minutos, não é brincadeira, e trouxe-lhe muitas questões, que elas estão aqui. Eu não as vou relatar todas, porque seria muito tempo e passaria dos 5 para 30 minutos e eu não quero alterar aquilo que realmente está falado. Mas, Sr. Presidente Rogério Bacalhau, o senhor está como faltoso perante o munícipe António Mateus porque o senhor promete e muitas vezes não cumpre. E tenho que dizer isto friamente, e não digo na última frase dita por si, que me mostrou seriamente, porque o seu diálogo já estava enfraquecido e estava já desesperado com a minha pessoa, fraquezas dessas não se admitem no presidente, quando o presidente diz ao Munícipe, quando se fala na Zona Ribeirinha e daquilo que é a zona ribeirinha e o confronto com a obra de uma cidade chamada Restauração, que é Olhão, e temos ali muitos algarvios e farenses a desfrutarem do fim de semana naquele espaço, e o senhor responde: *porque é que Sr. Mateus não vai viver para Olhão...* Olha que isto!! Eu podia-lhe dizer agora: porque é que o senhor não vai viver para Paderne, que é a sua terra natal? Seria ou não, Sr. Presidente? Merecia ou não merecia? Ainda vai ter que pedir desculpa um dia, não é agora, um dia...

Os seus projetos megalómanos, está aqui também. O senhor está à espera de uma assinatura do Governo Central. Estamos dependentes disso, mas uma coisa é certa, as promessas ao povo, a este povo e outro que está lá fora, que acreditaram em si, votaram em si, como eu, e muitos como eu, por isso é que o senhor teve maioria absoluta, temos de ser frontais, transparentes e objetivos e não faltar à verdade.

Sr. Presidente, admite-se que na Rua Frederico Lécór, e numa escola, foram abalroados dois postes de iluminação pública há mais de um ano, aproximadamente, e o senhor foi alertado para isso e ainda não foram colocados no devido lugar, ao pé de uma escola. Estamos à espera do dinheiro para isso? O senhor até é um homem de contas certas, estabilizou



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

nesta Câmara Municipal as suas contas, que estavam mal do passado, mas uma coisa é certa: há coisas que são prioridade.

Depois, temos aqui a chamada Horta da Areia. O senhor parece-me, pelo menos a convicção que eu tenho é que o senhor é humanista, mas só quando lhe apetece. Aqui é que está a questão, Sr. Presidente, porque eu não aceito, não admito aquilo que está ali. Eu um dia vou convidá-lo a ir lá comigo e o senhor vai ver melhor, de perto.

Acontece que a calçada portuguesa, Sr. Presidente, na capital algarvia é uma lástima. As pessoas caem constantemente, porque não há calceiros, não há pessoas para resolverem tal situação e pouco ou nada se faz nesse sentido.

E depois trago aqui uma fotografiazinha muito jeitosa, na Rua Ivens, Sr. Presidente, já se fazem necessidades nos bancos. Está uma carta escrita aqui à senhora Delegada de Saúde Regional do Algarve e ao Senhor Delegado de Saúde de Faro, da realidade. Não sei se já recebeu resposta, se já recebeu a informação deles, mas olhe uma coisa, isto nos bancos as fezes das pessoas, ao ponto que a gente chega, porque o senhor não cria casas de banho públicas. Devia criar casas de banho públicas, no passado elas existiram e deixaram de existir. As pessoas não podem utilizar os cafés e restaurantes para fazer as necessidades, temos que ter higiene e princípio. Se há condições para animais de quatro patas, temos que considerar que somos seres humanos de duas pernas e dois braços e com cabeça. Só falta o senhor criar o cemitério para os cães...

Obrigado, senhor Presidente, havia muito para dizer mas fico por aqui, desejo-lhe uma boa noite e que realmente o senhor cumpra com a sua palavra, que é para ser o presidente à altura de defender Faro e os farenses. Muito obrigado.»

**Sr. Município Júlio Guerra** – «Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e toda a Assembleia.

Eu venho aqui falar de dois ou três pontos que me incomodam a mim e acho que a toda a gente nesta cidade. Pois temos o proliferar das trotinetes pelas ruas, pelas esquinas, à porta dos prédios, pergunto: quando é que se toma conta disto? Já falei com os senhores fiscais que dizem que o Sr. Presidente



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

da Câmara autorizou, mas eu acho que tem de haver alguma ordem com as trotinetes.

Outro ponto é a parte do estacionamento. Nós sabemos que se fizeram os prédios e não se fizeram garagens e o estacionamento é feito na passadeira dos peões e se não andarmos com cuidado nas ruas um dia destes temos um acidente. Temos que andar não a quarenta, mas a dez ou a cinco à hora porque há um peão que atravessa e quem vai a conduzir não o vê porque os carros estão estacionados nas passadeiras. A autoridade tem que autuar estas pessoas para que não estacionem nas passadeiras e com a distância legal, para os condutores verem o peão e assim implementar segurança na cidade.

Outro ponto é a questão da limpeza nesta cidade. Desculpe que lhe diga, eu não sou daqui, estou cá desde 1990, mas ando muito pelo norte, pelo país e pelo estrangeiro e digo-vos sinceramente, custa-me dizer mas nunca vi uma cidade tão suja como a de Faro. Se formos a Olhão já não se vê a mesma coisa, em Quarteira está uma cidade limpa, em Portimão está uma cidade limpa, já a cidade de Faro não está limpa. Isto é uma questão de civismo e tem que de haver mais civismo nesta cidade.

Para terminar, e falando de segurança, foi falado aqui o problema que espaça da linha de ferro para sul e é muito preocupante. Eu já fui passear até àquelas ruínas que estão em frente ao parque de estacionamento e S. Francisco e vi, até estive para chamar a polícia, só não o fiz por receio, um senhor que arrancou um bocado da grade que faz a divisória para o caminho de ferro, passou e foi ter com os amigos. Todos vocês sabem o que se passa ali, não vamos estar aqui a tapar os olhos mas toda a gente sabe e não vale a pena dizer.

Sr. Presidente, estes pontos acho que são fáceis de resolver! Temos que pôr as pessoas ativas, temos que pôr as pessoas a fazer o que eu estou a fazer aqui ou a escrever para que alguém atue.

Ainda em relação à questão das trotinetes, gostava que o Sr. Presidente desse uma explicação do porquê da trotinete. É que nós sabemos que é uma questão de mobilidade, mas tem que haver regras, tem que haver um estacionamento. Eu saio de casa, tenho uma trotinete em frente à porta? Eu



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

passo numa esquina está lá uma trotinete? Desculpem lá! Tem que haver ordem nisto! Já para não falar na terceira idade e da mobilidade na cidade. Muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente e agradecer a todos os que participaram com as várias sugestões, críticas e observações.

Relativamente aos barcos para a Culatra, há apenas uma forma de resolver essa questão, que é o município assumir o transporte. Aliás, fizemo-lo até ao ano 2020/2021, tínhamos uma carreira de barcos entre Faro e a Culatra e Culatra/Faro, para trazer os miúdos da escola e funcionava o ano todo, gastávamos noventa mil euros para isso, era transporte escolar.

A questão coloca-se um pouco como aquela questão que há pouco foi referida, do autocarro do Montenegro vir só com uma pessoa. Porque é que a empresa tem um autocarro que às dez da noite traz uma pessoa, duas ou três do Montenegro, e uma pessoa, duas ou três das Gambelas? Porque nas licenças que eles têm nós obrigamos a fazer essa linha. Mas e quem é que paga isso? Bom, pagam os operadores. Mas pagam como? As linhas rentáveis servem também para pagar as linhas não rentáveis. Para a Culatra, tirando o período de verão, nada daquilo é rentável. Aliás, estamos a fazer, porque era competência da Docapesca e agora passou para nós, estamos a fazer concursos, precisamos de submeter isso ao parecer do IMT e por aí fora, mas vemos a dificuldade que é, desde adquirir embarcações que custam centenas de milhares de euros, ter o número mínimo de recursos humanos e com formação e portanto tem custos elevados. Para transportar, de inverno, uma pessoa para lá ou duas e outra pessoa para cá ou duas, só se o município pagar, porque de outra forma não teríamos candidatos.

Essa questão de ir mais tarde da Culatra e levar as pessoas mais tarde, depois tem implicações no Farol. Essa questão está de alguma forma estudada e é assim porque se for de outra maneira teremos outro tipo de problemas.

Relativamente ao Cais Comercial, tem um estatuto próprio. E não é só isso, se nós fizermos carreiras para o Cais Comercial, eu pergunto: são rentáveis?



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

As pessoas de Faro vão ao Cais Comercial apanhar um barco? E depois, quantas pessoas é que a gente tem entre o Cais Comercial e a Culatra, de inverno, para fazer a ligação? Portanto, aqui é uma questão de gestão dessa problemática.

Relativamente ao que o Sr. António Mateus referiu, eu sou muito a favor da descentralização, sempre fui, e também sou regionalista, confesso que já houve uma altura que não fui. Mas também hoje continuo a ter dúvidas na regionalização, digo-vos já. Mas gostava, e era este o meu ponto, que não se misturasse as duas coisas, porque são coisas diferentes. Uma coisa é o municipalismo, as autarquias, outra coisa é ter uma governação intermédia entre isto e lá em cima, são coisas completamente diferentes e portanto gostava que não se misturasse as duas coisas.

A descentralização justifica-se, faz falta para matérias do local; a decisão regional justifica-se para matérias regionais. Eu confesso que já fui menos regionalista mas não assino cheques em branco, porque nenhum dos senhores que aqui está sabe o que é que se pretende com a regionalização. A menos que me consigam responder a estas perguntas.

Que competências é que vão ser transferidas para as regiões? Alguém já debateu isto? Que atribuições é que vão ser debatidas para as regiões? Que financiamento vão ter as regiões? Depois, que modelo de governação vai ter as regiões? Estas quatro perguntas ainda ninguém disse!

A única que já se debateu uma vez, e as pessoas chumbaram porque não havia resposta a estas quatro, era qual era o mapa das regiões. Foi por isso que, em noventa e oito, a regionalização reprovou. Incluindo no Algarve, em que seremos todos regionalistas. Pois é, mas é que ninguém quer dar um cheque em branco sem saber o que é que é isto e até hoje ninguém disse. Vejam a intervenção do Sr. Presidente da República no Congresso da ANMP onde ele refere exatamente isto. Foi a única pessoa e a primeira que eu ouvi levantar esta questão.

Portanto eu, para ser regionalista, e sou, como sou descentralizador, preciso de saber o que é isto. Mas esse debate, infelizmente, nunca se fez e espero que se faça agora nos próximos momentos.



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

Sobre o hospital já se falou muito.

Eu sou de Paderne mas decidi viver em Faro e estou cá muito bem, não estou a pensar ir para outro lado.

Sobre os postos de iluminação, não são connosco são com a E-Redes.

Sobre a Horta da Areia, já referi e tomo nota relativamente às outras questões.

Sobre o que o Sr. Júlio Guerra referiu das trotinetes, sobre isso só temos duas hipóteses, ou acabamos com elas ou vivemos com elas. Na minha perspetiva, temos que aprender a viver com elas, com todos os incómodos. Eu ainda hoje saí da minha casa e tinha lá uma à porta, mas vamos ter que aprender com isso.

Depois, o que fala a seguir é um problema que infelizmente não é diretamente connosco, mas é de falta de fiscalização. Eu vejo carros estacionados... Olhe, aqui em frente: eu já marquei uma reunião com as Forças de Segurança e vou-lhes pedir para virem aqui multar os carros todos. O Largo da Sé tem um regulamento em que só podem estacionar aqui os carros autorizados e estão trezentos carros ali e não há nenhum estrangeiro que venha aqui que consiga tirar uma fotografia à Igreja da Sé. Quer dizer, conseguir consegue, mas leva cinquenta carros de bônus. E é no resto da cidade, são as autocaravanas e tudo isso, infelizmente é o que temos, não há meios, não há vontade e por isso é assim.

Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Encerrado o período de intervenção e esclarecimento destinado ao público, retomamos a ordem de trabalhos.»

*Passou-se ao*

**PONTO N.º 07**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) de 2022**



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

**do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados – Proposta n.º 94/2022/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nesta proposta vamos reforçar o orçamento em cerca de um milhão, cento e vinte mil euros. Um milhão vem do município, o resto é o saldo de gerência do ano anterior e, portanto, o que se pretende é a aprovação deste mesmo orçamento dos Serviços Municipalizados – Teatro Municipal de Faro. Obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente por me dar a palavra.

Relativamente ao ponto sete, a bancada do Partido Socialista vai votar no mesmo sentido da verelação em reunião de Câmara, por, evidentemente, nos revermos naquela que foi a motivação da verelação e nesse sentido vamos votar em abstenção.

Aquilo que entendemos é que, grosso modo, esta alteração abarca um milhão de euros para o Teatro Municipal, trezentos mil euros especificamente para o Teatro, trezentos e cinquenta mil para o “F” e um reforço de capital também de trezentos e cinquenta mil para a Capital Europeia da Cultura.

Aquilo que é a efetiva atividade do Teatro Municipal de Faro/Teatro das Figuras limita-se a cento e noventa mil euros.

Ora, para nós que prezamos a cultura, entendemos que a atividade daquele que é um dos maiores – se não o maior neste momento –, um dos centros de maior referência cultural no Algarve, que é o Teatro das Figuras, é muito pouco, é efetivamente uma não valorização da cultura.

Apesar de percebermos este reforço de capital de trezentos e cinquenta mil euros para o Festival F, que muito prezamos, e volto a frisar, mas que é um festival que acontece num período de dois, três ou quatro dias, dependendo dos anos, e não sabendo muito bem que modalidade é que vai ser adotada este ano, face àquela que deveria ser toda uma programação anual do Teatro Municipal, entendemos que é pouco. Entendemos que numa cidade que quer



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

afirmar-se como Capital Europeia da Cultura é até contraditória esta opção que o Executivo apresenta a esta Assembleia Municipal.

Mas porque há aqui uma postura de responsabilidade da nossa parte, não queremos obstaculizar. É pouco, mas pelo menos é alguma coisa, não obstaculizando vamos votar no sentido de abstenção referindo que achamos que a opção é uma opção errada. Muito obrigada.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Eu retomo a linha de intervenção da apreciação da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal para 2022, para dizer isto: a Revisão, como o Sr. Presidente da Câmara já referiu, fundamentalmente transporta um milhão de euros que o município vai transferir para o Teatro Municipal de Faro. O nosso fundamento, na linha do que dissemos antes, é que do ponto de vista das atividades que o Teatro Municipal tradicionalmente promovia e que durante estes dois anos, em muitos aspetos, esteve extremamente condicionado e limitado a promover, se a evolução da doença Covid 19 for positiva, como se deseja que seja, o Teatro Municipal tem de retomar uma programação diversificada como já teve.

Eu, quando falo em programação diversificada, refiro-me a quê? Existem vários modos de produção dos espetáculos que lá são feitos. Existem diversos níveis de acesso através do preço, aos espetáculos que lá são feitos. Esta diversidade de oferta era muito importante que conseguisse captar outra vez o público que já teve para dar resposta à necessidade que as pessoas vão ter de retomarem uma vida que esteve interrompida.

Cumulativamente a isto acresce outro fator que nós consideramos que é extremamente importante. O Teatro Municipal de Faro tem um papel a cumprir relativamente ao processo que está a ser desenvolvido da candidatura de Faro a Capital Europeia da Cultura em 2027. A convergência destes dois aspetos fundamenta aquilo que tem de ser: é que o Teatro Municipal possa dispor de recursos para avançar nestas duas frentes.

Neste sentido, a nossa posição não é de regatear este ou aquele aspeto, nem valeria a pena, porque as condições existentes nesta Assembleia Municipal e as condições existentes na Câmara Municipal garantem que isto tem de ser



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

assim. Não vamos interferir nisso, vamo-nos abster, mas compreendemos que isto tenha de ser assim. Obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Só para dizer que nós nunca parámos a programação no Teatro nos dois últimos anos, 2020 e 2021 continuamos com Bandas e figuras e uma série de atividades que serviram inclusivamente para os artistas continuarem a trabalhar e dar algum apoio aos artistas. Não seria se calhar aquilo que todos nós desejaríamos, mas foi um apoio e a palavra aqui aplica-se perfeitamente.

Mas dizer-vos que, em 2019, com este mesmo dinheiro fizemos cento e sessenta e sete dias de programação e é pelo menos isso que nos propomos a fazer agora. Recordo que muitas das atuações feitas no Teatro têm apenas como custos os custos de funcionamento, que é isso que estamos aqui também de alguma forma a garantir desde logo. Porque depois os artistas vêm à bilheteira, não são todos, os artistas de maior renome a bilheteira não chega e nós cobrimos, mas isso somos nós que escolhemos dentro da programação, mas os outros vêm à bilheteira e portanto nós não temos grandes custos. Portanto, o objetivo com este valor é manter, no mínimo, a programação de 2019 e dar a resposta que demos nessa altura. Muito obrigado.»

*Seguidamente passou-se à:*

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 14 (10PS;03CDU;01BE)

Votos a favor – 16 (10PDS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH)

*Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por maioria.*

*Texto da deliberação:*

“Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 94/2022/CM**, respeitante à 1ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) de 2022 do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados, no valor de 1.121.900€ (um milhão cento e vinte e um mil e novecentos euros), que inclui a



## Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

incorporação do saldo de gerência de 221.905,09€ (duzentos e vinte e um mil, novecentos e cinco euros e nove cêntimos), conforme solicitado no ofício n.º 1606, de 21/02/2022, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01				===	16
<b>Contra</b>										===	00
<b>Abstenções</b>							10	03	01	===	14

Não estava presente o membro do PAN.

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar o solicitado na Proposta n.º 94/2022/CM.”

*Seguidamente passou-se ao:*

### **PONTO N.º 08**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Relatório de Liquidação e Projeto de Partilha, no âmbito do processo de liquidação e extinção da atividade da empresa Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. – Proposta n.º 91/2022/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta proposta traz aqui o plano de liquidação e extinção da empresa Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, do qual o Estado tem uma participação de cerca de 60% e os outros 40% são repartidos, embora em valores diferentes, pelos municípios de Faro, Loulé, Olhão e Tavira.

Como sabem, a empresa entrou em processo de liquidação, salvo erro em 2019, foi o primeiro ano que isso foi deliberado e depois foi prorrogado esse mesmo prazo e chegou ao final de 2021 com praticamente o seu Plano de Atividades cumprido. E achou-se que não fazia sentido estar a prorrogar por mais tempo a sua atividade e acabou por se deixar extinguir a empresa. Nesse sentido, foi feito o processo de liquidação, onde os ativos existentes na Sociedade Polis são redistribuídos pelos seus acionistas. Aqui não é bem



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

acionistas se considerarmos que há coisas que vão para a APA outras vão para o ICNF que não são acionistas mas que fazem parte da organização acionista Estado.

Portanto, é nesse sentido que isto foi aprovado em Assembleia Geral e agora deve ser aprovado nos diversos órgãos do município para que estes ativos possam ser transferidos para o município e integrar aquilo que é o património do município.

Há projetos, há cauções, há uma série de garantias que serão transferidas para as diversas entidades aí referidas. Uma delas, no nosso caso, é a obra da ponte da Praia de Faro, que isso já estava decidido antes, a Polis faria todo o processo, tem o projeto, fez o processo de concurso, adjudicou, assinou o contrato, teve visto do Tribunal de Contas e agora vamos, provavelmente na quarta-feira, assinar um contrato de cessação desse contrato entre a Polis e o empreiteiro, que a Polis vai transferir esse contrato para o município. Portanto, o município a partir da próxima semana, logo que esse contrato seja assinado, será o dono da obra ponte da Praia da Faro, far-se-á a consignação e o empreiteiro irá a seguir iniciar essa obra. Por isso, há que fazer esta transferência e este plano de partilha que permite depois essa transferência, tal como todos os outros ativos que lá estão. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tiago Botelho (PSD)** – «Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia.

Dar nota que nos parece que este projeto de liquidação da Sociedade Polis do ponto de vista técnico está bem elaborado e bem estruturado. Aliás, é importante perceber que na esfera da administração pública também se elabora documentos com qualidade e parece-me que efetivamente o planom e não faço ideia quem o elaborou para além da comissão liquidatária que está indicada enquanto responsável, mas seguramente terá havido técnicos que estiveram a prepará-lo e que o fizeram, do meu ponto de vista, com qualidade.

Destacar também que uma preocupação que tínhamos está salvaguardada, ou seja, passivos contingenciais como sejam ações judiciais que estão em



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

curso, são assumidas pelo acionista Estado, ou seja, qualquer tipo de litigância que venha resultar em algum tipo de indemnização é assumida pelo Estado e não pelo município e portanto isso parece-me uma salvaguarda importante no caso do município de Faro.

Também me parece importante e óbvio o método de divisão patrimonial que foi adotado, que não é na percentagem da detenção do capital social da empresa, mas sim da relevância dos projetos relativamente à área administrativa a que respeita no que toca aos seus acionistas. Ou seja, o município de Faro, apesar de ser detentor de uma participação de 14%, soma ativos num valor superior àquilo que é a sua participação no capital da empresa e parece-me bem, porque os investimentos que foram feitos nas áreas geográficas ficam afetos aos municípios a que respeitam e isso parece-me correto e adequado. Assim como também aqueles que são de interesse geral que são assumidos pelas diferentes entidades do acionista Estado.

Também me parece importante e positivo que a informação do Revisor Oficial de Contas que acompanha o projeto de liquidação é uma informação limpa, ou seja, não são apontadas quaisquer reservas. É referida esta ênfase das ações judiciais, que me parece que está salvaguardado no nosso caso, município de Faro, e portanto a opinião do Revisor Oficial de Contas é no sentido de aprovar este plano de liquidação sem qualquer apontamento que o macule. Portanto, do nosso ponto de vista está em condições de poder ser aprovado por esta Assembleia.

Deixar também uma nota do ponto de vista do enquadramento, que de facto as Sociedades Polis tiveram um contexto, tiveram um tempo, tiveram uma função, são herdeiras do espírito da Expo-98 e, de facto, corresponderam a um período e uma forma de gestão do território que na altura se entendeu inovadora e que no fundo veio trazer alguma dinâmica empresarial à intervenção em territórios deprimidos. Eu penso que essa é uma herança interessante que Portugal levou a cabo e que provavelmente faz sentido estudá-la e retirar de lá os devidos ensinamentos para a intervenção que se faz em território e em termos de planeamento e de intervenção pura e dura na reabilitação de territórios. De facto, talvez estejamos num ponto em que a administração pública na sua esfera mais restrita já tenha competências



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

para assumir esses trabalhos e talvez deixe de fazer sentido constituir sociedades anónimas para fazer intervenção territorial que pode ser feita pelas Câmaras Municipais e pelas outras entidades com intervenção no planeamento e no ordenamento do território. Mas, ainda assim, é uma experiência interessante que vale a pena recordar e tirar como ensinamento.

Eu acho que cumpriu a sua missão, mas de facto está na hora de o município assumir a gestão do território, assim como os outros municípios e portanto faz todo o sentido que isto seja aprovado por nós, aqui, hoje.»

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Também nos congratulamos com a liquidação de vez da Polis. Eu não tenho nenhum amor pela Polis, acho que foi uma empresa ou uma forma de decidir de cima para baixo, enquanto todo o litoral do Algarve tem de ser regionalizado, tem de ser pensado como uma única faixa regional que tem a barlavento características e a sotavento tem outras e tem a Ria Formosa no meio que terá outras.

Portanto, eu sou totalmente contra, em função do meu exercício e do meu pensamento como profissional, contra as demolições das barracas, de todas aquelas estruturas – que algumas são de segunda, mas porque não? Porque é que um pescador não pode ter a segunda habitação? – e em territórios que envolvem várias Câmaras e que poderiam ter um projeto para substituir essas barracas e eu já falei nisto aqui na Assembleia.

Mas em relação à Ilha de Faro, eu não vou retomar o problema da ponte, mas por exemplo a iluminação do passadiço de madeira: a iluminação do passadiço de madeira foi fixada com um parafuso, cada projetor só tem um parafuso a fixar à madeira. Neste momento metade das iluminações estão todas para serem, e depois a outra metade, substituídas por candeeiros – que eu já coloquei essa situação também aqui nesta casa. E a ponte tem de ser pintada. Depois do verão tem de ser pintada para proteger as madeiras de fraquíssima qualidade de que foi feita, tem de ser protegida para pelo menos durar dez anos, porque se não estamos constantemente a substituir o piso e aquelas tabuinhas todas e isso tem custos. Nós temos que pensar que temos que economizar, temos que ser ecológicos e temos que ter uma atuação de durabilidade e de longevidade também nesta matéria.



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

E tem que haver planos de pormenor também para a Ilha de Faro e para prever uma mini marina. São apenas uns flutuadores para aquelas embarcações todas que dão cabo dos fundos marítimos. Os fundos, como sabem, com as marés são removidos com a corda e a poita que põem para ali e não há marisco naquela zona. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** – «É apenas para me congratular com a extinção desta empresa que não deixa grandes marcas na cidade de Faro e no nosso concelho. Havia um munícipe – e eu refiro isto aqui porque a minha consciência não ficaria bem se eu não referisse isto – um munícipe que vinha aqui às Assembleias Municipais reivindicar uma apólice e eu não estou nada preocupado com essa questão porque isso não me compete a mim resolver, mas tenho uma fotografia no meu telemóvel de que esse munícipe foi ameaçado e duramente agredido, teve de recorrer à assistência médica grave. O único conselho que lhe dei foi que a esse “Putin” que lhe faz isso, devia apresentar queixa no Ministério Público e na Polícia Judiciária. Foi a única coisa que lamentavelmente deixa de marca aqui nesta cidade de Faro. Muito obrigado.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós fomos, desde a criação desta sociedade anónima, de muitas e diversas maneiras, críticos dos projetos, das execuções, do extraordinário despesismo, da fraca capacidade de realização e da fraca qualidade daquilo que foi realizado, em particular no território do município de Faro.

Não vou fazer aqui, de modo algum, a oração fúnebre desta extinção, mas não posso deixar de saudar finalmente a extinção da Sociedade Polis. Era só, muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Queria só dar aqui duas notas.

Primeiro, a iluminação do passadiço vai ser ligada agora por estes dias, está concluída, é uma nova iluminação, que eu espero e vamos ver se aguenta. Mas também vos digo que se aquela iluminação que lá está for danificada ou roubada, enquanto eu cá estiver não há mais nenhuma, porque a gente



## **Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

gastou, salvo erro, oitenta mil euros naquela nova iluminação. Mas ela está concluída, amanhã ou depois irão ligá-la e espero que se mantenha assim durante muito tempo.

Sobre a pintura, ela não deve ser pintada mas deve ser requalificada com aqueles produtos naturais que se usam neste caso.

Sobre isto não tenho a visão, também não estava cá, mas acho que quem cá esteve provavelmente não fez assim um trabalho tão mau. E em relação ao concelho de Faro lembro que o Parque Ribeirinho foi feito pela Polis, provavelmente se a Polis não o tem feito, hoje não teríamos Parque Ribeirinho. O passadiço de que estamos aqui a falar e o parque de estacionamento da praia, foi feito pela Polis, provavelmente se não fosse a Polis não estaria lá feito. Aquela estrada da praia foi feita pela Polis, com dois pontões que permitem passar a água ali, coisa que não existia antes. O piro da Culatra foi feito também pela Polis e o Parque do Ludo, que embora seja em Loulé é se calhar mais usado pelos farenses do que até pelos louletanos.

Fica aqui a nódoa negra das demolições que fez, mas tirando isso acho que a Polis fez o seu trabalho, fez aquilo que estava previsto e que quem delineou a Polis meteu lá, portanto podemos criticar essas pessoas, mas o que é certo é que foi feito e está aqui o resultado e portanto nesse campo eu acho que não foi assim tão negativo. Mas agora também é apenas uma apreciação histórica. Muito obrigado.»

*Passou-se então à:*

### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 03 (CDU)

Votos a favor – 27 (10PDS;10PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01BE)

*Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por maioria.*

*Texto da deliberação:*

“Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e



## Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

votou o solicitado na **Proposta n.º 91/2022/CM** e no ofício n.º 1608, de 21/02/2022, da Câmara Municipal de Faro para “*submeter à aprovação da Assembleia Municipal, sem prejuízo do apuramento final reportado a 31 de dezembro de 2021, do Relatório de Liquidação e Projeto de Partilha, que integra a presente proposta e dela é parte integrante, e que contem as contas e a respetiva reversão para o Município de Faro, dos direitos, ativos, obrigações e passivos, que integram as operações de requalificação e reabilitação urbana efetuadas e em curso, em área da sua intervenção, no âmbito do processo de liquidação e extinção da atividade da empresa Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa S.A. (em liquidação). A concretização da presente sucessão do Município de Faro como entidade adjudicante dos contratos de empreitada cujo objeto incida sobre o seu território é acompanhado da transferência das verbas correspondentes, ainda por liquidar, por parte da empresa Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa S. A. (em liquidação)*”.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	10	---	01	===	27
<b>Contra</b>										===	00
<b>Abstenções</b>								03		===	03

Não estava presente o membro do PAN.

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar o solicitado na Proposta n.º 91/2022/CM.”

*Passou-se ao:*

### **PONTO N.º 09**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências, entre o Município de Faro e as Freguesias/União de Freguesias do Concelho – Proposta n.º 92/2022/CM.**



## Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

**Presidente da Câmara Municipal** – «Sr. Presidente, como acabou de referir são os contratos interadministrativos com as freguesias. São os contratos que vínhamos fazendo já há pelo menos oito anos, os antigamente chamados contratos dos caminhos. Já referi há pouco, quando se falou do orçamento, que tendo em conta as justificações que dei foi feita uma reunião com os Presidentes de Junta e justificou-se uma pequena, mas com significado, redução dos valores a transferir para as Juntas, tendo em conta aquilo que referi há pouco.

E há aqui uma particularidade que é o facto de com o SNCAP (que é o nosso sistema de contabilidade), neste tipo de intervenções antes era tudo considerado despesa de capital e agora há uma parte que é considerado despesa corrente e outra que é despesa de capital e daí que os valores que estão aqui, de acordo com os quatro Presidentes de Junta, 50% é transferido como despesa corrente e os outros 50% é transferido como despesa de capital, mas isto é uma questão orgânica que adequa a nova realidade para este tipo de atividades.

Muito obrigado.»

*Não havendo inscrições passou-se de imediato à:*

### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30

*Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por maioria.*

*Texto da deliberação:*

“Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 92/2022/CM** respeitante à celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências, entre o Município de Faro e as Freguesias/Uniões de Freguesias do concelho, conforme solicitado no ofício n.º 1609, de 21/02/2022, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:



**Assembleia Municipal de Faro**

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	10	03	01	===	30
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>											00

Não estava presente o membro do PAN.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o solicitado na Proposta n.º 92/2022/CM.”

*Passou-se ao:*

**PONTO N.º10**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à Não Assunção em 2022 da transferência de competências para o Município de Faro no domínio da Ação Social – Proposta n.º 93/2022/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta é a última competência que obrigatoriamente ocorrerá no dia 1 de abril. No dia 1 de abril deste ano, quem não tem ainda transferência de competências naquelas competências que são universais (estou a falar grosso modo na educação, mas nós já temos), os municípios que não têm transferência de competências na área da educação quer queiram quer não dia 1 de abril passarão a ter. E no caso da Ação Social também no dia 1 de abril seria obrigatório todos os municípios passarem a deter esta competência.

Neste momento, ao contrário das outras em que os municípios uns têm outros não, no caso da Ação Social não há nenhum município que tenha esta competência já transferida, tendo em conta que houve um atraso da parte do Governo na operacionalização desta medida e a Portaria que permitia definir esta transferência de competências só saiu, salvo erro, em novembro. Daí que a própria Associação Nacional de Municípios falou com o Governo e o Governo concordou em publicar um despacho ou uma portaria (não sei agora bem o que é) a permitir aos municípios que o entendam que



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

esta transferência de competências não se faça no dia 1 de abril, mas se possa fazer no dia 1 de janeiro de 2023 e portanto são os municípios que decidirão isso.

No nosso caso, há apenas duas transferências (das que estão definidas, evidentemente) de competências que não estão ainda concretizadas. Uma é a área social e que nós achamos que será melhor iniciarmos no dia 1 de janeiro. Digo-vos que podíamos começar já, não era impeditivo que no dia 1 de abril começássemos, mas falando internamente com os serviços e com o vereador entendemos que será se calhar melhor no dia 1 de janeiro, na medida em que estamos a meio do ano e portanto as verbas têm que ser recalculadas, há coisas que é preciso implementar, nós precisamos de gabinetes, de pessoal, os gabinetes ainda não os temos, de pessoal estamos a tratar disso e portanto entendemos que dia 1 de janeiro será melhor.

Para além disso, e este é o ponto que nos levou a ter mais em conta, das competências que são transferidas para o município, há três protocolos que a Segurança tem com o GATO, com a PROVECTUS e com a Casa dos Rapazes, onde protocolou que havia determinado tipo de tarefa, de atividade, que eram estas instituições a fazer. E estão pessoas afetas, nesses serviços, a este tipo de atividade. A nossa ideia é sermos nós a assumir essas atividades e deixar de vir a ter esses protocolos com estas três instituições e é abrir concurso para contratar as pessoas e internalizá-las no município e sermos nós a fazer isso. E daí até a razão de deixar isto para 1 de janeiro, até lá fazer este concurso e nessa altura podermos ter as pessoas.

Há aqui uma questão que é preciso dizer. Nós vamos abrir concurso, as pessoas que estão nessas instituições concorrerão, podem é não conseguir entrar todas, porque há regras e é preciso ter algumas condições e se aparecerem pessoas que fiquem à frente e isso não é controlável a 100%, mas provavelmente todas ou quase todas poderão fazê-lo ou ficar e resolvemos uma questão de precaridade e continuamos.

O outro processo – já agora dar nota – que não tem a ver com isto, que não temos ainda em termos de transferência de competências é o da área da saúde. E o da área da saúde não o temos porque não nos permitiram tê-lo. O processo de transferência de competências na área da saúde pressupõe a



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

assinatura de um auto de transferência, não é imediato. Foi-nos apresentado um auto de transferência em que, grosso modo, o Presidente da ARS ficava a mandar no Presidente da Câmara, até tinha uma grelha de avaliação para avaliar o Presidente da Câmara. Os municípios não aceitaram isso, a ANMP fez reuniões inclusivamente com a Ministra da Saúde, essas questões foram alteradas e neste momento há um novo auto que pode ser assinado, com o qual a Associação de Municípios já concordou com o seu texto. Só que o auto ainda não nos foi apresentado. Tive uma reunião com o Sr. Presidente da ARS em janeiro, a ideia do Sr. Presidente da ARS era que a 1 de abril nós tivéssemos a transferência de competências, só que não vamos ter. E não vamos ter por uma razão muito simples. Não temos o auto para assinar e portanto eu não sei o que é que está no auto. Há matérias, como por exemplo a segurança nos Centros de Saúde, eu não sei quais são e pedi ao Sr. Presidente da ARS que me fornecesse indicações sobre isso, que postos de trabalho, que horários e tudo isso e portanto não sei, até à data não me foi dito nada e eu não consigo lançar um concurso para contratar vigilância para os Centros de Saúde.

A mesma questão para a limpeza. Eles têm contratualizado, acho que acaba em março e até hoje estou para saber que tipo de serviço é que a gente está a prestar. Ou seja, não há fornecimento de informação da ARS aos municípios.

Na ANMP já fizemos chegar isto ao Governo, temos uma reunião marcada com a Senhora Ministra, nesta ou na próxima semana, para tentar resolver o assunto, mas eu não vou assinar contrato nenhum de transferência de competências com a ARS enquanto não tiver garantia que sou capaz de assumir essas responsabilidades. E portanto assumir essas responsabilidades é darem-me condições e para isso eu preciso de informação.

Peço desculpa deste intervalo, mas é apenas para ficarem a conhecer e saberem o porquê de não termos transferência de competências na área da saúde. Não somos só nós, são os municípios todos que estão na mesma circunstância, mas aqui eu acho que não podemos sequer culpar o Governo, mas é mais culpar a ARS que está aqui a fazer um boicote a esta situação e não dá seguimento. Muito obrigado.»



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

**O membro da AM, Luís Coelho (PS)** – «Sr. Presidente, muito rapidamente diria que no meu caso pessoal sempre tive muitas dúvidas em relação às transferências de competências do Governo Central para os Municípios. E sempre tive muitas dúvidas porque não é só a questão de transferir competências, é muito a situação de transferir os meios financeiros, sabendo-se que quer na Ação Social, quer na Saúde sobre o qual acabou de falar, muitas vezes são difíceis de imaginar quais são as verbas necessárias que podem aparecer à posteriori.

Sendo uma situação e tendo manifestado já aquilo que é o meu pensamento pessoal, por outro lado sinto que esta é uma daquelas áreas de mais difícil execução, não é fácil trabalhar no campo da Ação Social, principalmente quando estamos a falar em momentos difíceis da sociedade como estes que estamos a viver, a juntar à toxicodependência e todos os problemas da SIDA e tudo mais e aparecer esta pandemia e, infelizmente, quanto menos estruturadas são as populações mais difícil se torna a Ação Social e mais são necessários os apoios à mesma.

Até por isso, entraria numa certa contradição comigo próprio, quando pelo facto de estarmos no Poder Local, pelo facto de estarmos muito mais perto das realidades, ao mesmo tempo tenho dúvidas mas também percebo que é importante que seja a autarquia, as Juntas de Freguesia e as entidades que estão no concelho a fazer essa gestão. Até por isso é importante.

Esta decisão já foi tomada, já foi votada no Executivo, a vereação do Partido Socialista tomou uma posição em que manifestou a sua vontade de que este acordo fosse já assumido, a decisão está tomada e aquilo que a nossa vereação queria mostrar e o sinal que queria dar, é aquele que nós hoje também vamos dar. É uma preocupação no sentido de, nestes meses que faltam até janeiro, poder haver uma ponderação bem-feita, sobre aquilo que o município vai enfrentar, quais são as necessidades que vão ter para assumir bem esta função.

E temos uma outra preocupação, que é aquilo que o Sr. Presidente já referiu, de alguma forma poder ter uma atenção especial àquele grupo de pessoas que já fazem esse serviço por outras associações. Porque uma das coisas que há de bom a este nível é a interligação e a interação entre as pessoas.



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

Digamos que essas pessoas que são dependentes dos técnicos, já estão habituados a eles e muitas vezes é perigoso mudar. Eu sei como é que são os concursos, são o que são, mas dentro do possível seria bom que fosse o mais possível acautelada a situação das pessoas a bem de todos.

Nesse sentido, nós numa perspectiva de chamar a atenção, tal como os nossos vereadores fizeram, vamos assumir uma postura de mera abertura em relação ao município, não vamos votar a favor, mas vamo-nos abster.»

**O membro da AM, Paulo Botelho (PSD)** – «Muito boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimentar a restante Mesa, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Vereação, companheiros de Assembleia, digníssimo público.

No que diz respeito a esta proposta da Não Assunção em 2022 das transferências de competências para o Município de Faro no domínio da Ação Social, a bancada do PSD votará favoravelmente esta decisão do Executivo por não estarem ainda reunidas um conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais decorrentes deste modelo de descentralização.

O PSD e nomeadamente o Executivo sempre se demonstraram recetivos a receberem delegações de competências. Contudo, pessoalmente as delegações de competências sempre me levantaram algumas dúvidas no que diz respeito aos pacotes financeiros e às transferências financeiras do Estado Central para os municípios.

O município do Porto encomendou um estudo à Universidade do Minho sobre o processo de descentralização, que concluiu que a transferência de competências do Estado Central para as autarquias é desajustado face aos custos reais das tarefas a assumir.

A Ação Social é uma área de extrema complexidade, que necessita de estruturas físicas e técnicas adequadas à sua execução.

Das dúvidas que tenho, gostaria de saber: existe uma quantificação dos impactos financeiros no município com a assunção da Ação Social? Os cálculos da DGAL e as transferências previstas estão ajustadas ao custo real previsto pelo município? O município dispõe de instalações logísticas



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

adequadas às necessidades técnicas para este novo volume de trabalho? E, se não, o investimento que está previsto é financiado pelo Estado Central?

O município prevê a contratação de recursos humanos para esta finalidade. Existe uma estimativa?

A última coisa que me preocupa: existe uma neutralidade orçamental; essa neutralidade orçamental está garantida?

Muito obrigado.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Obrigado, Sr. Presidente.

O que tem de ser tem muita força, no entanto nós não devemos abdicar de analisar e ter uma visão crítica das coisas.

Este processo de governamentalização do poder local democrático é extremamente interessante para o centralismo governamental que caracteriza a região continente com sede em Lisboa, que é a realidade da regionalização existente. Temos as regiões autónomas da Madeira e dos Açores e temos a região continente que tem sede em Lisboa.

A região continente, com a sede em Lisboa, descarregou em cima do poder local democrático um conjunto vastíssimo de competências. Este processo relativamente à Assembleia Municipal, que é onde nós estamos, tem uma particularidade claramente antidemocrática. Diz a Constituição e a Lei que as populações do concelho de Faro são representadas por dois órgãos: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. Decidiu, e quem decidiu tinha poder para decidir assim, que este processo tinha uma fase voluntária e tinha uma fase de imposição. A fase de imposição, o que tem de ser tem de ser e não muito se poderá fazer. Relativamente à fase voluntária, não tinha que vir à Assembleia Municipal o pronunciamento sobre a não adesão, tinha que vir à Assembleia Municipal o procedimento sobre a adesão e sobre a não adesão. Esta característica é, do nosso ponto de vista, claramente uma falha democrática.

A transferência de competências tem uma característica fundamental. Os municípios ficam com as competências, trata-se muito de transferir encargos, agora há duas coisas importantíssimas que não são transferidas:



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

os meios necessários e suficientes e o poder de decisão. Uma grande parte da atividade municipal vai passar a ser tutelada pelo Governo, sem grandes alternativas, a não ser quando as coisas estão a estoirar, que é o caso do que está a acontecer agora com a Ação Social, que fica para 1 de janeiro.

Subjacente a isto está uma questão chave: competitividade municipal. O que é que significa a competitividade municipal? Significa que, não sendo opção de nenhum dos seres vivos que vão fazer parte da humanidade, aqui ou noutra lado qualquer, escolher os pais ou o sítio onde nascem, nós vamos construir um esquema de fortíssima falta de coesão territorial, porque as funções essenciais do Estado passam a entrar no domínio da competitividade municipal.

Para nós não falarmos de abstrações, para falarmos de coisas concretas, nós estamos rodeados pelo concelho de Olhão, pelo concelho de São Brás e o concelho de Loulé. A capacidade que qualquer um destes concelhos tem para responder à fortíssima pressão que os munícipes vão fazer nas áreas da educação, saúde e social, sobre o poder que está mais próximo deles, freguesias e municípios, vai ser terrível. E todos os responsáveis municipais, particularmente os executivos municipais, vão ser confrontados com uma questão que vai ser duríssima – já era muito dura antes e, com o que se antevê, vai ser duríssima – vamos ser todos, particularmente os executivos, confrontados com as nossas competências, os recursos e a capacidade para darmos resposta às nossas competências, mais os recursos e as capacidades e o poder de decisão para dar resposta às competências transferidas. Eu quero ver a cara que, daqui a um, dois ou três anos, quem aqui estiver e quem aí estiver vai fazer perante aquilo que tem nas mãos.

Para concluir: vai acontecer, está acontecendo. Já tivemos aqui esta noite, para quem percebeu e agradeço isso ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, uma ideia clara, objetiva e precisa porque é que não vai haver regionalização nenhuma. E com isto termino.

Obrigado, Sr. Presidente.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado.



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

Queria só dar nota sobre o que o membro Luís Coelho disse, relativamente às dúvidas que tem.

Essa questão dos concursos, vamos tentar resolvê-los o melhor possível, esse é o nosso compromisso e dizer-lhe que também por isso, mas não só, ainda hoje foi à reunião de Câmara a autorização para a abertura de um concurso para contratarmos um psicólogo clínico para dar apoio à Ação Social nas diversas valências e nomeadamente essa que virá também.

Relativamente à componente financeira e da neutralidade orçamental e se são ou não os recursos financeiros necessários: eu direi, e não tenho nada a esconder, que não. Porque o que está previsto transferir para os municípios é aquilo que o Estado gasta com cada uma destas transferências de competências. Ora todos nós sabemos que essas áreas em particular, e já vou dar outro exemplo, têm sido suborçamentadas. Aliás, basta ver, e isso é uma coisa que estamos atentos na Associação de Municípios e estamos a trabalhar nisso, que no caso da saúde os valores a transferir são os correspondentes àquilo que se gastou em 2019, salvo erro, portanto até têm dois anos de atraso e as coisas aumentaram. Mas mesmo nessa altura, eu vou ao Centro de Saúde e vejo que há lá ares condicionados que não funcionam. E não funcionam porquê? Porque a ARS não tem dinheiro para os mandar arranjar. Portanto, o dinheiro que há de vir para nós para arranjar ares condicionados não vai dar para arranjar todos, eu já sei disso!

Agora, sobre a neutralidade orçamental há aqui uma questão que é assim: o Estado comprometeu-se a transferir aquilo que gasta, nós não somos obrigados a gastar mais do que isso. É evidente que – o António Mendonça disse e muito bem – a pressão que vamos ter é grande e portanto vamos gastar mais dinheiro, mas nós já fazíamos e fazemos isso, nós temos competências. Agora uma coisa, as nossas competências próprias são de 1976, o primeiro decreto que saiu é de 1976, que fez daquilo a organização administrativa municipal com as autarquias e as freguesias. Por exemplo, o fundo municipal já foi alterado em algumas leis das Finanças Locais, mas o que está previsto que o fundo social municipal pague, não paga tudo aquilo que a gente faz, portanto isso já acontece com as competências próprias que nós temos.



## Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 28/02/2022

Ata n.º 07

O que eu acho e continuo a dizer, e felizmente foi feito esse trabalho nos últimos anos, por exemplo o pessoal não docente da escola, desde que estou aqui a portaria dos rácios já teve duas ou três alterações; hoje, até se acha que as coisas estão bem, mas logo quando aqui cheguei, por exemplo uma Escola do 1.º Ciclo que não tivesse quarenta e oito alunos não tinha direito a um funcionário, e eu sempre entendi que devia ter dois, porque se um falta, tem que estar outro, ou se um entra às oito e sai às quatro, até às seis tem que lá estar. Portanto, estas são decisões que nós vamos tomar e vamos ter que pagar isso, quando temos mais pessoas somos nós que temos que pagar. Mas isso é uma decisão porque também ninguém nos obriga, a não ser a pressão, a ter lá. Muito obrigado.»

*Seguidamente passou-se à:*

### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 10 (PS)

Votos a favor – 20 (10PDS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01BE;03CDU)

*Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por maioria.*

*Texto da deliberação:*

“Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 93/2022/CM** respeitante à pretensão de não assumir, durante o ano de 2022, as competências previstas para o domínio da Ação Social, conforme solicitado no ofício n.º 1687, de 23/02/2022, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	--	03	01	====	20
<b>Contra</b>										====	00
<b>Abstenções</b>							10			====	10

Não estava presente o membro do PAN.



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar o solicitado na Proposta n.º 93/2022/CM.”

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Estamos perto da meia-noite e eu quero colocar à consideração dos grupos a seguinte decisão: temos pela frente mais quatro pontos da ordem de trabalhos. Dois versam sobre as Comissões da Assembleia Municipal e sobre a designação dos representantes da Assembleia Municipal. Um prende-se com a informação escrita que o Sr. Presidente da Câmara tem obrigatoriamente de prestar e depois haverá ainda um quarto ponto que respeita às moções que foram apresentadas e nós temos aqui oito moções para discutir. A minha experiência diz-me que oito moções para discutir é incompatível com o horário que nós temos fixado, sem que o alarguemos, talvez uma hora e meia, e fiquemos aqui até às duas da manhã, porque há moções aqui como as da água e outras que sei que motivam muita discussão.

Portanto, o Sr. Presidente estava-me a dar conta que em março teria um ponto que teria que ser incluído numa Assembleia, que era urgente, e que se houvesse interesse por parte da Assembleia em proceder ao adiamento desta Assembleia e depois enquadrar com o outro ponto, mas é uma mera sugestão do Sr. Presidente que nós obviamente consideramos.

Portanto, coloco à consideração das bancadas o que é que entendem. Podemos suspender esta sessão e agendar outra data para concluir esta Assembleia Municipal ou, se entenderem, alargar o período da realização desta Assembleia para concluir a ordem de trabalhos que está estabelecida. Fica à vossa consideração e portanto gostava de ouvir as bancadas municipais nesse respeito.»

**O membro da AM, Manuel Mestre (MPT)** – «Só para dizer que a posição do MPT é de suspender a ordem de trabalhos.»

**O membro da AM, Luís Coelho (PS)** – «Eu acho que se há um ponto que a Câmara tenha interesse em meter, podíamos adiar e esse ponto passava para essa Assembleia.»



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD)** – «Eu ia transmitir que em princípio as pessoas desta bancada estão a manifestar mais a intenção de suspender os trabalhos.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Sr. Presidente, nós estamos aqui a constatar que esta sessão da Assembleia Municipal não é concretizável numa única reunião. Assumimos todos que ela será concretizada em duas reuniões, procurando que a segunda reunião seja feita o mais cedo possível.

Se houver uma situação suficientemente urgente, que exija que esta Assembleia Municipal se pronuncie em relação à segunda reunião sobre uma alteração à ordem de trabalhos para a inclusão de um determinado ponto, com o devido fundamento, nós pela nossa parte não nos opomos a isso.

Agora, voltamos à questão relativamente à ordem de trabalhos e insistimos, perdoe-me o Sr. Presidente, quem é soberano em relação à ordem de trabalhos é a Assembleia Municipal, não é a comissão de líderes que decide em definitivo e em absoluto a ordem de trabalhos. Não pode haver dúvidas em relação a este entendimento porque isto é uma questão legal.»

**O membro da AM, Bruno Lage (PSD-Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro)** – «Sr. Presidente, só para alertar que estamos numa Assembleia ordinária e nas Assembleias ordinárias há sempre a necessidade de haver o período de informação escrita do Presidente da Câmara.

E eu coloco só uma questão: se é uma suspensão pode-se colocar novos pontos na ordem de trabalhos? Ou temos que retirar os pontos, terminar esta Assembleia e convocar uma nova Assembleia?»

**Presidente da Câmara Municipal** – «O ponto que eu tenho é uma coisa que tem que ir ao Tribunal de Contas e portanto não pode de nenhuma forma ser aqui metido. Vai ter que ir à reunião de Câmara. Das duas uma, ou eu espero por abril e vai na Assembleia ordinária de abril, ou então peço à Assembleia para fazer uma sessão extraordinária, nesta está fora de questão.»



**Assembleia Municipal de Faro**

*Sessão ordinária de 28/02/2022*

*Ata n.º 07*

**O membro da AM, Célia Gonçalves (BE)** – «Muito boa noite a todos. O Bloco de Esquerda vai ao encontro da proposta do PS e também assim íamos ao encontro do interesse da Câmara, transferir este ponto para daqui a sensivelmente quinze dias. Obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Eu creio que o calendário que o Sr. Presidente de Câmara apresentou é incompatível com a conclusão atempada da Assembleia Municipal. E portanto a Assembleia Municipal é suspensa e é convocada para sexta-feira dia 04 de março, pelas 20.00 horas, reunimo-nos novamente para concluir esta reunião da Assembleia Municipal.

Então, estão suspensos os trabalhos.»

*O Presidente da Mesa declarou suspensa a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.*

---

---

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1.º Secretário da Mesa

O 2.º Secretário da Mesa